



Anais da Assembléia

Nº 108

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE SETEMBRO DE 1991

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 83ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 1991

(TERÇA FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, João Preis, José Alves, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Tadeu Lúcio Machado e José Afonso Júnior (02). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestre e Dirceu Manfrinato (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO

Sob o nº 1127/91/GS, do Senhor NIZAN PEREIRA, Secretário de Estado da Saúde, que esclarece PEDIDO DE INFORMAÇÕES, contidas em Requerimento do Senhor Deputado

José Arthur Ritti, sobre convênios entre a Secretaria de Estado da Saúde e o município de Santo Antônio da Platina. Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2174

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 342/91, que autoriza a doação definitiva às Prefeituras Municipais, das máquinas e caminhões recebidos em regime de comodato

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2175

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 353/91, que acresce parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 4.706, de 14 de março de 1963: "Ficam as autoridades mencionadas, obrigadas a encaminhar à Assembléia Legislativa no ato da posse ou exercício, bem como a cada 12 (doze) meses e na transmissão do cargo, posto, função ou mandato, suas declarações de bens, que depois de apreciadas pelo Poder Legislativo, serão arquivadas no Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2177

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo art. 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 328/91 (Mensagem nº 056/91), que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica, de propriedade do Estado, em caráter de utilização gratuita, ao município de Indianópolis.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 2178

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo art. 182

do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 329/91 (Mensagem nº 057/91), que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Sertaneja, os imóveis que especifica, de propriedade do Estado.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 2180

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo art. 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 331/91 (Mensagem nº 059/91), que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica, de propriedade do Estado, em caráter de utilização gratuita, ao município de Palmeira.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 2181

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo art. 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 332/91 (Mensagem nº 060/91), que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Xambê, os imóveis que especifica, de propriedade do Estado.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 2182

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo art. 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 333/91 (Mensagem nº 061/91), que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica, de propriedade do Estado, em caráter de utilização gratuita, ao município de Itamaracá.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 2183

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo art. 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 334/91

Curitiba, terça, em 03.09.91

(Mensagem nº 062/91), que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Medianeira, os imóveis que especifica, de propriedade do Estado.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 2186

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo art. 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 2202

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões, do Projeto de Resolução nº 41/91, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Palmas, para que a população decida sobre o desmembramento do Distrito de Iratim do município de Palmas e a sua incorporação ao município de Bituruna.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamto: Nelson Garcia, José Tavares, Rossoni e Orlando Pessuti.

REQUERIMENTO Nº 2207

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento de discussão, pelo prazo de 10 (dez) sessões, da Proposição nº 047/91, constante da Ordem do Dia de hoje, em Discussão Única.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2176

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ANTERO FERREIRA MENDES, ocorrido na cidade de Jaguariaíva, no último dia 31 de agosto.

Antero Mendes foi Vereador naquele município e sempre militou na vida pública, pertencendo a uma das mais tradicionais famílias do Norte Pioneiro, sendo tio do

ex-Prefeito Pedro Ismar Mendes Prestes.

Deixa viúva a Excelentíssima Senhora Zeni Mendes.

Aos 69 anos de idade, seu falecimento foi ocasionado por um trágico acidente e abriu uma lacuna no coração dos cidadãos de Jaguariaíva, graças ao seu caráter benemérito de pessoa prestante, sempre pronta a fazer o bem para os mais necessitados.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2179

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor HOMERO RAVEDUTTI, ocorrido nesta Capital no dia 01 de setembro do corrente ano.

Da decisão da Casa, pede-se seja dada ciência à família enlutada, à Rua Professor Lindolfo da Rocha Pombo, n° 404 - Bairro Hugo Lange, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Membro de tradicional família do município de Santo Antônio da Platina, radicou-se em Curitiba, onde além de conceituado advogado, exerceu o cargo de Coordenador do Departamento de Recursos Humanos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Seu passamento deixa no seu vasto círculo de amizades, entre seus familiares, uma lacuna difícil de ser preenchida, mas pedimos ao Ser Supremo que seja concedido a todos os que com ele conviveram, a graça de abrandar e confortar nesta hora tão difícil.

REQUERIMENTO N° 2173

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a transcrição, nos Anais desta sessão, de voto de congratulações à médica paranaense ELIZABETH VALENTE DE ALMEIDA, pela conquista de grau de Mestre, com distinção, em Clínica Cirúrgica, pela Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Filha do renomado médico Félix do Rego Almeida e da Vereadora Nely Valente de Almeida, a médica Elizabeth Valente de Almeida se destaca como a primeira mulher - orientada pelo Professor Júlio César Coelho - defendendo a tese de mestrado aprovada por uma banca examinadora, versada

sobre "Avaliação da Flora Bacteriana e Fúngica da Pele Abdominal, após realização de cirurgia", pesquisando problemas ligados à infecção pós-operatória.

Nada mais justo que o merecido título de Mestre alcançado pela Doutora Elizabeth, que contribui assim, para soluções destas ocorrências médicas, além de proporcionar grandes avanços nos estudos profissionais de Medicina, fazendo jus à manifestação desta Assembléia.

REQUERIMENTO N° 2193

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, diante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações à Irmã THEREZINHA REMONATTO, pelo seu trabalho de filantropia e, muito especialmente, pela nomeação como Conselheira Geral das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, cargo que exercerá em Paris, na França.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Como religiosa, como assistente social e pessoa profundamente preocupada com os problemas da população, Therezinha Remonatto emprestou-se, durante toda a sua vida, ao trabalho por esta população, na busca de soluções para os problemas da comunidade, e de alívio para o sofrimento de parcela carente de nosso povo.

Pelos seus trabalhos - inumeráveis - Irmã Therezinha Remonatto foi nomeada, recentemente, Conselheira Geral das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, cargo que será exercido na Casa-Mãe, situada em Paris, França.

O presente requerimento quer ser a manifestação alegre de reconhecimento do valor do trabalho que essa brava mulher desenvolveu em nosso Estado e continuará promovendo, agora, como Conselheira Geral.

REQUERIMENTO N° 2209

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a expedição de correspondência oficial, congratulando-se com a Excelentíssima Senhora ROSANE COLLOR DE MELLO, pela forma laboriosa e honrada com que se conduziu à frente da Legião Brasileira de Assistência, bem como desse fato se dê conhecimento e se estenda o voto ao Excelentíssimo Senhor FERNANDO COLLOR DE MELLO, Presidente da República.

A presente moção de solidariedade se dá diante das insidiosas acusações de que tem sido vítima, a Excelentíssima Senhora ROSANE COLLOR DE MELLO.

Seu passado à frente dos órgãos do Estado de Alagoas relacionados com a Assistência Social e por toda a Nação reconhecido.

Infelizmente, interesses contrariados de alguns e posições radicais de outros, criaram este clima contrário à ex-Presidente da Legião Brasileira de Assistência.

Certo que o bom senso e autoridade do Senhor Presidente da República haverá de esclarecer ao País que realmente aconteceu para que a honra da Primeira Dama do País não seja maculada e possa ela ser dignificada.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) NILTON CEZAR

REQUERIMENTO N° 2189

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, após ouvido o Plenário, REQUE-REM Moção de Apoio ao 1° CONCURSO ESTADUAL DE REDAÇÃO SECUNDARISTA, tendo como tema "A CONSTRUÇÃO DA PETROBRÁS E A SOBERANIA NACIONAL - É PRECISO RESGATAR A HISTÓRIA", promovido pela União Paranaense dos Estudantes do 1° e 2° Graus - UPES, e que objetiva a dissertação dos estudantes acerca da proteção do patrimônio do sistema PETROBRÁS.

Requerem, ainda, que do presente seja dado conhecimento à Direção da UPES, na pessoa de seu Presidente, André Santin, à Secretaria de Estado da Educação, aos Núcleos Regionais de Educação do Estado e aos Grêmios Estudantis das escolas de 1° e 2° graus do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) ERNANI PUDELL

(a) DOUTOR ROSINHA

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

O 1° Concurso Estadual de Redação Secundarista, patrocinado pela União Paranaense dos Estudantes do 1° e 2° Graus, como o próprio tema nos indica, busca a mobilização do estudantado paranaense na defesa do Sistema PETROBRÁS, hoje vítima de uma intensa campanha privatizante, que objetiva, em última instância, atender aos interesses do grande capital nacional e internacional que desejam o controle principalmente do seu complexo petroquímico, um dos mais rentáveis dentre as estatais e de incomparáveis perspectivas futuras.

Dirigido a mais de um milhão e seiscentos mil alunos da rede pública de ensino médio, fundamental e supletivo do Paraná, o mencionado concurso de redação merece todo nosso apoio e solidariedade, vez que resgatará a luta do povo brasileiro na consolidação da PETROBRÁS, e identificará, entre a juventude, os efeitos deletérios à Nação a sua privatização.

Curitiba, terça, em 03.09.91

Esperamos, em vista do exposto, ver aprovada a Moção de Apoio proposta.

REQUERIMENTO N° 2190

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no disposto no artigo 34 do Regimento Interno, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a formação de Comissão Especial integrada por um representante de cada bancada partidária com assento na Casa, para, no prazo de 8 (oito) dias a contar de sua instalação, intervir junto ao Senhor Governador do Estado reivindicando a imediata reposição da defasagem salarial existente e a implantação de uma política salarial para os servidores, bem como intermediar negociações entre o Chefe do Poder Executivo e as entidades representativas dos servidores que buscam negociar a mencionada reposição salarial.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) ERNANI PUDELL

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

(a) DOUTOR ROSINHA

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO N° 2195

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de apelo ao Senhor Governador do Estado do Paraná, Dr. Roberto Requião, em favor da CASA DA ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA DE CURITIBA - CEUC, no sentido de que seja repassada alguma espécie de subvenção ou auxílio à entidade, possibilitando-lhe a manutenção dos serviços, há muitos anos, prestados à comunidade universitária do Paraná.

Que do teor do presente seja dada ciência à Presidente da CEUC.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Muito embora a Constituição Estadual tenha assegurado, em seu artigo 244 a destinação de recursos à manutenção das Casas de Estudantes, a realidade tem proporcionado a essas instituições uma situação bastante adversa.

Recentemente o Senhor Governador decretou a proibição de repasses de recursos na modalidade que vinha beneficiando as casas estudantis, como a CEUC (Decreto n° 314, de 18/04/91), o que fechou a tais entidades a única fonte de recursos públicos para a sua sobrevivência.

As dificuldades aludidas são visíveis, comprometendo a existência de toda uma estrutura colocada durante anos a serviço de universitários carentes, provenientes, sobretudo, do interior do Estado.

Muito embora já estejamos estudando

uma regulamentação do artigo 244 da Constituição Estadual, é urgente o repasse de algum recurso à CEUC, em caráter de emergência, a fim mesmo de impedir que aquela instituição acabe fechando suas portas à comunidade, por absoluta ausência de condições de manutenção.

REQUERIMENTO N° 2200

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, para que seja implantado ensino de 5.ª a 8.ª séries do 1º grau, na Escola Estadual "Alminda Antonio de Andrade", no Distrito Industrial de TRIGOLÂNDIA, município de Piên.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A fim de atender expediente encaminhado pela Associação de Moradores do Distrito Industrial de Trigolândia, informando que diariamente se desloca para a sede do Município, em condições de transporte diversos, mais de 150 (cento e cinquenta) alunos de 5.ª a 8.ª séries do 1º grau, além de muitos outros que não se dispõem a tal sacrifício.

REQUERIMENTO N° 2201

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Agricultura e da Economia, e ao Excelentíssimo Senhor Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, solicitando providências urgentes para liberação, de fato, dos recursos necessários à comercialização da safra de trigo.

Seja dado conhecimento desta proposição ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, propondo suas gestões junto à esfera federal em favor dos produtores paranaenses.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) ALBINO CORAZZA

JUSTIFICATIVA:

Toda vez que se apregoa nos grandes veículos de comunicação, a liberação de recursos em favor dos produtores ou em benefício da produção de alimentos, tarda sobremaneira a execução das medidas pelos órgãos competentes em cada região ou município em realizar na prática o anúncio feito.

Este tipo de falsas expectativas desestimula a classe produtora que já não dispõe de qualquer segurança para a realização de investimentos e trabalhos em

suas propriedades, como pode ser visto na região Oeste do Estado do Paraná, onde o plantio do trigo ficou reduzido a aproximadamente 50% da área cultivada nos anos anteriores.

Para agravar ainda mais a situação de falta de produção de alimentos para os brasileiros, registra-se, agora, a falta de recursos disponíveis para a comercialização da reduzida safra, e disso decorre que: ao invés de o trigo ser levado em forma de pão aos lares brasileiros ele está sendo transformado em alimento para os porcos.

Urge que se adotem medidas sérias e definitivas, de fato, para equacionar esta situação, por isso esperamos parecer favorável dos nobres Pares, para esta proposição.

REQUERIMENTO N° 2203

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Desembargador Luiz Renato Pedroso, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, parabenizando-o pela brilhante iniciativa de oficializar os Cartórios do foro judicial.

A nobre proposta, porém, deveria ser mais abrangente, atingindo também as serventias do foro extrajudicial.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A exemplo do Estado de São Paulo, onde o Poder Judiciário já adotou o regime de oficialização dos cartórios, o Paraná age acertadamente em acompanhar a moderna tendência de converter para o serviço público a atividade das serventias em geral, judiciais e extrajudiciais. O objetivo do relevante procedimento é facilitar a agilização da Justiça e coibir os muitos abusos que atualmente são praticados, como os das suspeitíssimas permutas, que quase sempre envolvem polpudas vantagens em dinheiro.

A medida também implicará em economia de gastos para o cidadão, com a exclusão do lucro auferido pelo serventuário e a conseqüente melhoria das receitas públicas, principalmente ao município.

REQUERIMENTO N° 2210

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente, via Telex, em caráter de urgência, ao Excelentíssimo Senhor MINISTRO DA AGRICULTURA, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do BANCO CENTRAL, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do BANCO DO BRASIL e ao Excelentíssimo Senhor SECRETÁRIO

DE ESTADO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ solicitando imediatas providências no sentido de reduzir o valor aplicado nos financiamentos para a compra de sementes de milho, que este ano tiveram um aumento exorbitante em relação ao ano passado.

Requer ainda, que seja anexada ao expediente encaminhado às autoridades acima nominadas, cópia do pronunciamento feito em Plenário na sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A existência do "Cartel do Milho" é o que se constata através de denúncias feitas a este Deputado pelos produtores, que se encontram mais uma vez apreensivos quanto aos preços cobrados, este ano, pela semente de milho, considerados extremamente abusivos em relação aos preços cobrados no ano passado.

Constata-se mais uma vez, que os produtores rurais estão sem alternativas quanto à utilização de financiamentos para custeio de suas lavouras, tendo em vista que os preços elevados de mercado praticados pelos Bancos, inviabilizam qualquer atividade rural, pois eles se encontram em níveis muito elevados.

Desde os tempos bíblicos os governantes sábios estimulam a semeadura dos campos, enquanto os insensatos desprezam o colono, que pede justiça, e faz, não em nome de sua própria sobrevivência, mas sobretudo, porque tem consciência de sua responsabilidade social, quer como produtor, quer como fonte geradora de empregos e divisas, elementos sem dúvida alguma, indispensáveis no esforço que se faz para dar a este País uma democracia com justiça social e para construir sua recuperação econômica.

A agricultura não pode mais suportar as taxas de financiamento a que está submetida no País. É urgente reduzi-la a níveis compatíveis com a atividade.

Dada a relevância desta proposição e certo do proverbial atendimento das autoridades responsáveis, ficamos no aguardo de um parecer favorável, dentro da brevidade que a própria questão requer.

REQUERIMENTO N° 2191

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expedientes desta Assembléia ao Excelentíssimo Senhor Antonio Cabrera, Digníssimo Ministro da Agricultura e aos ilustres representantes do Paraná no Congresso Nacional, solicitando medidas enérgicas e urgentes para solucionar o problema dos preços abusivos das sementes de milho que vêm sendo praticados, conforme denúncia da Secretaria

ria da Agricultura do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos dias a imprensa divulgou denúncia feita pelo Secretário da Agricultura do Paraná em que constata os preços abusivos das sementes de milho praticados por um cartel de cinco grandes empresas que monopolizam o setor, explorando o produtor.

Houve uma correção real de 50% dos preços da semente desde o final do ano passado até agora. A média sempre foi utilizar seis a oito quilos de milho para comprar um quilo de semente. Nesta safra, é necessário de quinze a dezoito quilos.

É de conhecimento que, hoje, a saca de semente de milho com 40 quilos custa entre Cr\$ 25.000,00 e Cr\$ 30.000,00. O preço ideal conforme planilhas é de Cr\$ 14.000,00. O Governo federal deixou de controlar os preços dos insumos e em consequência disso, as sementes que significavam 5% do custo da produção passaram a significar 11%.

Isso vai causar a inviabilidade da cultura do milho. Os agricultores plantarão qualquer semente, causando uma queda automática de 30% na produtividade. O País consome 26 milhões de toneladas de milho e neste ano precisa importar dois milhões de toneladas. Não há estoques. A próxima safra terá que ser muito grande para evitar novas importações no ano que vem.

Tecnicamente, há perspectivas de crescimento de 8% na produção paranaense. Economicamente o aumento será possível, caso o governo tome alguma medida nos próximos quinze dias, possibilitando a venda de semente mais barata a cerca de 80% dos produtores.

A preocupação levantada pela Secretaria da Agricultura do Paraná, precisa ressoar urgentemente na esfera federal. O Ministério da Agricultura e a bancada paranaense no Congresso Nacional juntos devem tomar alguma providência já, pois a época do plantio não espera e o Brasil necessita de uma agricultura paranaense forte.

REQUERIMENTO N° 2192

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER o envio de expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná, ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, solicitando providências urgentes para a construção de uma trincheira ou viaduto para travessia sobre a BR-116, na localidade de Atuba, divisa dos municípios de Colombo e Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, neste Estado.

Que do presente seja dada ciência,

ainda, aos Senhores Deputados Federais e Senadores do Paraná, aos Veradores e Prefeitos de Colombo e Piraquara.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição é contra-se amplamente justificada nas razões expostas no documento anexo, da COMISSÃO DE LUTA PARA CONSTRUÇÃO DA TRAVESSIA NA BR-116, NA LOCALIDADE DE ATUBA, DIVISA DOS MUNICÍPIOS DE COLOMBO E PIRAQUARA, neste Estado.

Entretanto, como Parlamentar e homem de imprensa, parece oportuno dar um depoimento da insustentável insegurança da população da região em questão, personagem permanente de cenas trágicas de acidentes, envolvendo seus familiares e amigos.

Os dados desta realidade podem ser confirmados junto à Polícia Rodoviária Estadual, sendo importante alertar que deles não consta o número de vítimas que entraram em óbito no hospital, ou que restaram mutiladas a partir dos acidentes.

O argumento mais válido para a defesa da construção dessa trincheira ou viaduto (como for mais viável), é o sagrado direito à vida, tão ameaçado na localidade de Atuba, apesar das constantes manifestações da população, como há de se verificar pelos anexos.

Assim, contamos com o apoio do Poder Legislativo Estadual, nossos Deputados Federais e Senadores da República, em Brasília, para a defesa desta reivindicação legítima e justa à comunidade de Atuba.

REQUERIMENTO N° 2194

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná, à Secretaria Estadual de Saúde e ao INAMPS, solicitando a doação de bolsas de colostomia à Rede Feminina de Combate ao Câncer.

Que do teor do presente seja dada ciência à Presidente da RFCC, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O grupo de voluntárias de 3ª feira (Setor de Curativos) da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Curitiba, juntamente com a Senhora Tita de Mari, esposa do Senhor Walter de Mari (in memoriam), fundaram o Banco de Bolsas de Colostomia.

O objetivo é arrecadar fundos para aquisição de bolsas a serem doadas aos pacientes carentes quando saem com alta do hospital, até o próximo retorno.

Essas bolsas são utilizadas pelos pa-

cientes que se submeteram a cirurgia de bexiga ou intestino, passando a utilizar de 03 a 06 unidades diárias.

Trata-se de um material descartável e de altíssimo custo.

Por se tratar a RFCC de entidade sem qualquer fim lucrativo e, portanto, carente de recursos, solicitamos os préstimos da Secretaria de Saúde e INAMPS, para viabilização do material que possibilitará à Rede o prosseguimento do trabalho prestado à nossa população.

REQUERIMENTO N° 2196

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de "Fax" ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Collor de Mello e ao Ministro da Justiça, Senhor Jarbas Passarinho, manifestando integral apoio deste Legislativo e solicitando urgente apreciação e aprovação ao Despacho n° 002 do Presidente da FUNAI, Senhor Sidney Possuelo, que aprova o relatório de delimitação de terras pertencentes aos índios Yanomani; com fulcro no Decreto n° 22, de 04 de fevereiro de 1991, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/2192/84 e considerando o Parecer e Resolução n° 002/CEA/91, que reconhece aos Yanomani uma área contínua de 9.419.108 hectares nos Estados de Roraima e Amazonas.

Requerem, ainda, seja dada ciência do presente, à Comissão pela Criação do Parque Yanomani e ao Centro Ecumênico de Documentação e Informação.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(aa) ERNANI PUDELL

OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A área acima descrita, é conhecida historicamente como de ocupação contínua dos índios Yanomani desde tempos imemoriais. Registros históricos dão conta que eles habitam a área há mais de três mil anos, sendo o maior grupo étnico existente e também a cultura mais preservada entre as mais antigas que povoam a face da terra.

Acuados desde 1970 com a construção da BR-210 (Manaus/Caracará), que determinou o avanço das frentes pioneiras, trazendo a doença e a morte para o seio das comunidades Yanomani, principalmente com a vinda dos garimpeiros, que lhes causaram centenas de mortes por doenças, conflitos e destruição de várias malocas, numa flagrante violação do art. 231 da Constituição Federal.

É nesse sentido que esperamos que se conclua o mais brevemente o mencionado

processo, para que entre os muitos desatinos do momento atual, a questão Yanomani não seja a nódoa mais vergonhosa a denegrir para sempre a história brasileira.

REQUERIMENTO N° 197

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que determine à Procuradoria de Justiça do Paraná:

1. análise e estudos para o processamento de indivíduos e empresas que se utilizam de artifícios de concursos de seu interesse para angariar pagamentos em forma de taxas de inscrição e de exame;

2. a caracterização penal desse cometimento contra o cidadão atraído para um concurso de seleção para emprego e;

3. as providências junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública para que atue a Delegacia de Falsificações e Defraudações em Geral, para a abertura de inquéritos contra todas as empresas que estiverem realizando concursos de seu interesse, financiados pelos concorrentes a emprego.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

É de estarrecer a prática de engodos e artifícios ilegais e imorais para captar dinheiro, a qualquer pretexto.

O Código Penal é afrontado por essas formas de vigarice, de extorquir dinheiro a pretexto de retribuição com eventual emprego.

Ora, fica evidente que não se pode fazer sorteios de mercadorias, rifas, bingos, sem autorização legal. E os concursos de admissão, de capacitação a empregos e cargos, mediante taxa de inscrição, ou estipêndios em dinheiro e bens, são maneiras de aludir a boa fé das pessoas e burlar a legislação.

Concursos para seleção de pessoas são de puro e exclusivo interesse de quem os promove. Logo, não podem os custos serem atribuídos a quem precisa e quer trabalhar.

Essa prática mafiosa, de proteção e acesso ao trabalho, deve ser combatida e extirpada.

A ação pública deve adotar meios legais de acabar com o abuso.

REQUERIMENTO N° 2198

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, para que seja autorizada

a permanência de uma ambulância no Distrito Industrial de Trigolândia, município de Piên, sob a supervisão da Associação dos Moradores de Trigolândia, custeado pelo SUS, responsabilidade da Prefeitura Municipal de Piên.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Atendendo solicitação da Associação dos Moradores do Distrito Industrial de Trigolândia, que conta com uma população de mais ou menos 2.000 habitantes e indústrias moveleiras.

Constantemente necessitam do uso de ambulância e a sede do município se encontra desaparelhada para atender com presteza o extenso município.

REQUERIMENTO N° 2199

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança, para que seja autorizada a instalação de um Módulo Policial e Sub-Delegacia de Polícia, no Distrito Industrial de Trigolândia, município de Piên.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Atendendo solicitação da Associação dos Moradores do Distrito Industrial de Trigolândia, que conta com uma população de mais ou menos 2.000 habitantes e indústrias moveleiras, onde as ocorrências policiais são constantes e a sede do município se encontra desaparelhada para atender com presteza o extenso município.

REQUERIMENTO N° 2204

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado pedido de informações ao Secretário de Ciência e Tecnologia, Senhor Maurício Fruet, solicitando informações sobre o quadro de pessoal e os serviços prestados pela CELEPAR.

1. Qual é o número, função e setores que estão lotados os funcionários da empresa?

2. Qual a data das últimas contratações?

2.1 - Quantos foram contratados?

2.2 - Qual a função destes funcionários e qual o salário?

3. Por lei e por acordo coletivo de trabalho, quais são os benefícios que os funcionários têm e qual a data de implantação?

4. Quantos funcionários foram demitidos nos últimos doze meses e quais os mo-

tivos?

5. Qual seria o reajuste salarial ocorrido durante o período de julho de 1990 a julho de 1991?

5.1 - Houve alguma categoria que recebeu reajuste diferenciado?

5.1.1 - Se houve, por quê?

5.2 - Solicito cópia da folha de pagamento da CELEPAR neste período.

6. Qual a proposta de política salarial da CELEPAR?

7. A empresa presta atendimento à saúde de seus trabalhadores?

7.1 - Se positivo, através de qual entidade?

7.2 - Se por ambulatório próprio, solicito as seguintes informações:

a) Quantos profissionais e em quais funções a empresa tem funcionários contratados?

b) Qual o tipo de atendimento (ambulatório, programa de saúde do trabalhador, etc.) e quais os horários destes profissionais?

8. Quais os tipos de serviços realizados pela empresa?

8.1 - Quais são os serviços contratados?

8.2 - Quas são os serviços repassados para outras empresas, e quais são as empresas?

8.3 - Porque a CELEPAR repassa estes serviços?

9. Como ocorre o processo de licitação para contratação de serviços?

10. Qual o motivo da desistência por parte dessa empresa em prestar serviços para o Tribunal Regional Eleitoral?

11. Nos últimos doze meses a empresa ampliou o seu "Parque de Máquinas", ou seja, a sua capacidade de trabalho através da aquisição de novos computadores, impressoras, etc.?

11.1 - Se positivo, o que foi adquirido, e a que preço?

11.2 - Solicito a cópia da licitação efetuada.

12. A CELEPAR mantém contrato com alguma empresa de vigilância, limpeza e conservação?

Se positivo:

12.1 - Qual (quais) é (são) a(s) empresa(s)?

12.2 - Quantos são os funcionários da CELEPAR, e quais suas funções?

12.3 - Solicito cópia de contrato e o comprovante do último pagamento.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2205

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER seja enviado pedido de informações

ao Secretário de Segurança Pública, Doutor Moacir Favetti, solicitando:

1. Já foram concluídas as investigações a respeito da morte do menor Márcio Torres Martins?

2. Solicito cópia do processo.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Por ser contra a violência e defensor da vida.

Por ser conhecido da vítima e reconhecendo nele a inocência, é que solicito tais informações, pois desejo acompanhar de perto as apurações deste caso.

REQUERIMENTO N° 2206

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado pedido de informações ao Secretário de Segurança Pública, Doutor Moacir Favetti, solicitando:

1. O corpo do menor Márcio Torres Martins deu entrada no Instituto Médico Legal em que dia?

2. Por que o mesmo foi enterrado como adulto indigente?

2.1. Através de todos os exames médico-odontológicos não foi possível identificar a idade aproximada do mesmo?

3. Solicito cópia de toda documentação do referido caso.

4. Quantos corpos de menores de 18 anos deram entrada no Instituto Médico Legal do Paraná no período de janeiro até agosto de 1991, e qual a "causa mortis"?

5. Quantos menores foram atendidos no mesmo período para exame de lesões corporais?

6. Especificar quantitativamente os assassinatos e agressões, por cidades do Estado.

7. Destes menores assassinados e/ou agredidos, quantos são de cor negra?

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

É sabido de todos que hoje existe uma política, por parte de alguns setores da sociedade, de extermínio de menores. Por outro lado, há também o acobertamento destes crimes por outra parte da sociedade. Ou o simples silêncio. Sabedores que somos da idoneidade do Instituto Médico Legal do Paraná, é que solicitamos estas informações, pois não fazemos parte daqueles que consentem e nem dos que se calam, e como este é mais um caso de violência, devemos estudá-lo e se for o caso, denunciá-lo.

REQUERIMENTO N° 2208

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental,

após ouvido o douto Plenário, sejam transcritas nos Anais do Poder Legislativo do Estado, as conclusões do Fórum de Discussão do Artigo 205 da Constituição Estadual do Paraná, realizado no dia 22 de agosto próximo passado, na Federação das Indústrias do Estado do Paraná, FIEP, com a participação de mais de duas dezenas de entidades relacionadas com o assunto, além de representantes deste Poder Legislativo.

Que seja enviada cópia das conclusões aos Senhores Deputados Estaduais, Secretários de Estado, ao Governador Roberto Requião e às entidades que subscreveram o documento final do Fórum.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) ALGACI TÚLIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 386/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A assistência ocular aos pré-escolares e aos escolares de 1º e 2º graus é obrigatória nos estabelecimentos da Rede Oficial de Ensino do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A assistência ocular de que trata o "caput" deste artigo obedecerá às orientações e diretrizes da Secretaria de Estado da Saúde ou órgão que lhe venha a suceder.

Art. 2º - Todo educando será submetido ao teste de acuidade visual ou equivalente, no primeiro ano escolar.

Art. 3º - O exame realizado por oftalmologista na Rede Oficial de Ensino será gratuito aos educandos.

Art. 4º - Será estimulada a produção de lentes e armações para óculos de baixo custo, dirigida à população escolar carente.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei num prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data da sua entrada em vigor.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.91

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal, em seu art. 196, estabelece que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos...". Isto implica, fundamentalmente, em considerar a saúde como o estado equilibrado e saudável do indivíduo e não apenas a ausência de uma enfermidade.

Saúde, num conceito amplo, é um estado de bem-estar físico, mental e social e o compromisso do Poder Público com ela, se consolida à medida em que são garantidas as condições à população para esse "bem-estar".

No entanto, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) já estimava, em 1984, a existência de 28 milhões de pessoas cegas no mundo, sendo que mais da metade dos casos poderiam ter sido evitados caso houvessem sido objeto de cuidados básicos de assistência ocular.

No Brasil, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), em 1981, concluiu pela existência de 175.352 pessoas cegas - cegueira perceptível, em ambas as vistas, ocasionada por problemas visuais ou ausência dos globos oculares, representando 0,15% (zero vírgula quinze por cento) da população. Destas, apenas 5,6% (cinco vírgula seis por cento) receberam algum tipo de assistência médica. Estes dados podem ser dramatizados quando se recorda que a cegueira é um fenômeno gradual e que esta cegueira sentida e avaliada é apenas aquela que atinge o limite crítico. Ademais, nos Anais do III Simpósio sobre a Problemática da Cegueira, promovido pelo Instituto de Saúde de São Paulo - 1976 - ficou registrado que a idade do início da cegueira situa-se principalmente na primeira década de vida entre 40 e 59 anos.

O homem deve viver em equilíbrio com o meio ambiente e as impressões provenientes dele são encaminhadas ao sistema nervoso central, pelos órgãos dos sentidos para serem transformados em percepção, proporcionando o aprendizado que estabelecerá o equilíbrio dinâmico. A visão, em condições normais, contribui com 85% (oitenta e cinco por cento) das impressões levadas ao cérebro para a aprendizagem. Defeitos de visão não corrigidos podem ocasionar deficiência no aproveitamento escolar, distúrbios emocionais e psicológicos, prejuízos no desenvolvimento da personalidade. O ônus da cegueira, parcial ou total, não é, portanto, individual apenas, mas principalmente social.

É bem verdade que a higidez da população não depende apenas de se colocar serviços de saúde ao seu alcance. A saúde decorre de decisão pessoal, envolvendo o complexo família-sociedade; de acesso ao conhecimento científico; de desenvolvimento de atitudes favoráveis à saúde; dos meios que permitem ao indivíduo a prática dos conhecimentos adquiridos. Destarte, a assistência à saúde é uma das responsabilidades que não podem ser atribuídas a um único setor - o da saúde - porque outros lhe devem fornecer apoio e proporcionar

porta de acesso para o desenvolvimento e a aplicação das medidas cabíveis. Nesse sentido, o setor educação tem importância fundamental: como agência educativa que faz parte da comunidade, a escola tem a responsabilidade de também participar da solução de problemas afetos à sua clientela. Assim, o art. 208 da Constituição Federal estipula que "o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: 'VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de assistência à saúde'".

A escola consegue manter com a população um nível de comunicação e um padrão de respostas bastante eficazes. Obtém êxito em convocações para ações comunitárias. A divulgação de informações pertinentes à saúde e aos meios para mantê-la e dos benefícios que podem ser conquistados com o melhoramento das medidas de higiene, quando realizada através da escola, surte efeitos relevantes. Evidentemente, um programa de assistência ocular aos escolares deve incorporar os aspectos de ensino, visando o desenvolvimento de práticas de saúde relacionadas à visão; os aspectos assistenciais às crianças com problemas oculares, prevenindo distúrbios físicos, emocionais e sociais; os aspectos ambientais, como iluminação das salas de aula e outros. A integração dos setores de saúde e educação, é imperativa no caso.

Até a idade escolar, a maioria das deficiências visuais passa despercebida aos pais. As atividades desenvolvidas na escola exigem maior esforço visual, possibilitando a manifestação de problemas visuais ou a identificação dos já existentes. É sabido que:

- o miope limita as atividades e interesses para os objetos próximos e evita brincadeiras que exijam boa visão para longe ou rápida locomoção, podendo tornar-se tímido;

- o hipermetrope recorre à acomodação para formar imagem nítida na retina, e a constância dessa situação pode causar astenopias como desconforto visual, dor de cabeça, tonturas, nervosismo, vômitos inexplicáveis e problemas musculares nos olhos;

- a astigmatismo provoca alteração na visão para perto e para longe, podendo causar dor de cabeça, sensação de peso, queimação e vermelhação nos olhos, margens palpebrais irritadas. A criança com astigmatismo mostra desinteresse pelas atividades que exijam esforço prolongado dos órgãos visuais;

- o olho desviado do estrábico, muitas vezes, interrompe a sua função, com prejuízo para a acuidade visual, quando não são tomadas providências para tratamento

nos primeiros anos de vida. É um problema que pode ser detectado no início e que, se não for corrigido, pode tornar-se definitivo e irreversível.

Além disso, grande número de acidentes oculares ocorre entre os escolares durante as recreações e brincadeiras. É preciso ter presente que mesmo pequenos ferimentos são potencialmente perigosos para os olhos.

Por outro lado, impõe-se a lembrança de que as crianças em torno de 6 anos de idade são geralmente hipermetropes, devido ao desenvolvimento parcial de seus olhos. Essa hipermetropia fisiológica será ultrapassada em um ou dois anos, mas é importante que os agentes escolares estejam cientes dela para evitar atividades prolongadas que exijam maior esforço visual, como a leitura de tipos pequenos.

Do ponto de vista da saúde pública, é muito dispendioso e mesmo inexequível pela falta de recursos especializados, a investigação de problemas oculares em crianças, por oftalmologistas, em exames de massa. O especialista deve trabalhar num grau mais alto de competência, avaliando e corrigindo problemas. Desta maneira, a solução que vem sendo proposta é a aplicação de triagem oftalmológica por pessoal não-médico, treinado e supervisionado, que pode ser o próprio professor. A aplicação de teste de acuidade visual e a observação de sinais e sintomas indicativos de problemas pelo professor, em classe, apresentam-se como as formas mais aconselháveis para a detecção de problemas visuais, considerando a realidade de nosso meio.

Em maio de 1985, no transcurso da VI Jornada Provincial de Oftalmologia de Ciudad de La Havana, em uma Mesa Redonda sobre as idades em que as crianças devem ser examinadas pelo oftalmologista, se concluiu que, na fase escolar, é fundamental a verificação da acuidade visual.

A diminuição da acuidade visual pode indicar:

- que existe uma enfermidade no olho capaz de produzir cegueira (por exemplo, a catarata, o tracoma, o glaucoma);

- que existe uma enfermidade generalizada que pode pôr a vida em perigo (por exemplo, o diabete);

- que existe uma alteração no cérebro capaz de produzir cegueira ou morte (por exemplo, tumores);

- que existe um defeito de refração ocular que não produz nem cegueira nem morte, mas reduz a eficiência no funcionamento normal da pessoa (por exemplo, a miopia, hipermetropia, o astigmatismo).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a acuidade visual é o melhor indicador da função visual, e a aplicação desse teste não requer treinamento prolongado.

gado dos examinadores, nem grande esforço para obter a cooperação ou a compreensão dos pacientes, nem requer o uso de equipamentos sofisticados. Sua realização é indicada como pré-requisito para encaminhamento ao exame oftalmológico. Desta maneira, se minimiza o custo de um programa essencial que, de outra forma, seria ineqüívvel. O art. 212 da Constituição Brasileira, no seu parágrafo 4º, estabelece: "os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde, previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários".

A prevenção da cegueira é uma questão de justiça social. A importância econômica e social deste projeto é, portanto, iniludível, e sua exeqüibilidade é comprovada.

É uma imposição do próprio desenvolvimento do País.

São as nossas razões para o projeto.

PROJETO DE LEI Nº 387/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao patrimônio do Município de Toledo, os lotes urbanos nº 4, 5, 6, 11 e 12, da Quadra nº 40, do Distrito de Novo Sarandi daquele Município e Comarca, totalizando 4.200 m², cujos imóveis estão devidamente registrados no 1º Ofício do Registro de Imóveis de Toledo, no Livro 3-L de Transcrições e Transmissões às fls. 214, sob nº 18699, em data de 24 de outubro de 1969, e Escritura Pública de Doação lavrada no Tabelião Walmir Grande, em Novo Sarandi, em data de 22 de outubro de 1969.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.91

(a) DUÍLIO GENARI.

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei justifica-se plenamente, pois de conformidade com os documentos anexos, o Município de Toledo procedeu a doação dos referidos imóveis ao Estado do Paraná, para que, incorporando-os ao seu patrimônio, pudesse neles construir uma unidade escolar com quatro salas de aula em alvenaria.

Como aquela área não foi utilizada para os fins destinados em Lei (Lei Municipal nº 509/69 de 05 de setembro de 1969), e tendo transcorridos mais de 20 anos, considerando que a mesma perdeu a sua finalidade. Para fins de viabilizar a execução de projetos administrativos e atender função social relevante, o município necessita dispor da referida área.

Curitiba, terça, em 03.09.91

Torna-se assim, imprescindível a reversão da doação dos imóveis ao Município de Toledo.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO DE IMÓVEIS
Comarca de Toledo - Estado do Paraná
BERNADETE F.F.F.HAMILTON
Oficial Designado

CERTIDÃO

Certifico a pedido verbal de parte interessada que revendo neste Ofício o livro 3-L, de Transcrições das Transmissões, nele constatei às fls. 214 sob o nº 18699, feito em data de 24 de outubro de 1969, o registro dos lotes Urbanos nº 4, 5, 6, 11 e 12, da quadra 40, em Novo Sarandi, neste Município, com as seguintes CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES: Os lotes Urbanos 4, 5, 6, 11 e 12, da quadra 40, com área total de 4.200 m², sem benfeitorias, limita-se; Norte, Rua Fortaleza, Sul, com a Av. Rio de Janeiro; Leste, com a Rua São Paulo; Oeste, lotes urbanos nº 3, 7 e 10 da mesma quadra 40. Transcrição anterior 18606 deste Ofício. OUTORGANTE DONATÁRIO: ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, representada por seu bastante procurador substabelecido João Francisco Bitencourt, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em Cascavel, neste Estado. OUTORGANTE DOADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO, pessoa jurídica de Direito Público, com sede nesta cidade, representada por seu Prefeito Municipal, Egon Pudell, brasileiro, casado, do comércio, residente e domiciliado em Toledo. TÍTULO: Escritura Pública de Doação, lavrada em data de 22 de outubro de 1969, nas notas do Tabelião Walmir Grande, em Novo Sarandi, neste Município. VALOR: NCr\$ 3.500,00 (três mil quinhentos cruzeiros novos). CONDIÇÕES: As constantes da Escritura. É o que contém na referida Transcrição.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ:

Toledo, 21 de maio de 1987.

Luzia Lamperti

Aux.Jurt.

LEI Nº 509/69

DATA: 05 de setembro de 1969

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir cinco (5) lotes urbanos para a construção de uma unidade escolar com 4 salas de alvenaria no Distrito de Novo Sarandi, Município de Toledo, pelo valor de Ncr\$ 3.500,00 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TOLEDO, Estado do Paraná,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguin-

te Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir 5 (cinco) lotes urbanos de n.ºs 4, 5, 6, 11 e 12 da quadra n.º 40 do Distrito de Novo Sarandi, Município de Toledo, com uma área total de 4.200 m², pelo valor de NCr\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros novos), destinados para a construção de uma unidade escolar de 4 salas de alvenaria.

Art. 2º - Os lotes urbanos referidos no artigo anterior, serão escriturados para o Governo do Estado do Paraná.

Art. 3º - Para fazer frente às despesas decorrentes de tal aquisição, fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de NCr\$ 3.500,00.

Art. 4º - Como recurso financeiro para a abertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica indicado o "superavit" financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 1968.

Art. 5º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TOLEDO,
em 05 de setembro de 1969.

EGON PUDELL

Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI N.º 388/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O "Caput" do art. 1º da Lei n.º 6994/78 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - As Sociedades Cívicas, as Associações e as Fundações constituídas no Estado do Paraná, ou que aqui exercem suas atividades através de representações e que visem exclusivamente servir desinteressadamente à coletividade, poderão ser declaradas de utilidade pública, por Decreto Legislativo, provados os seguintes requisitos."

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.09.91

(a) DURVAL AMARAL.

JUSTIFICATIVA:

Esta Casa de Leis adotou procedimento sumário na aprovação de projetos que versam sobre a declaração de utilidade pública das entidades, consignando, inclusive, no art. 28, II, a, do Regimento Interno, a dispensa de competência do Plenário.

Tal acertiva a nosso ver, decorre da inexistência de maiores consequências para a sociedade quando da vigência de tais leis, o que possibilita maior simplicidade na sua tramitação.

Imbuídos do mesmo espírito, propomos pelo presente projeto de lei que a declara-

ção de utilidade pública seja efetivada através de decreto legislativo, que é ato normativo exclusivo do Poder Legislativo com efeitos externos.

Assim, solicito aos nobres Pares, apoio ao presente projeto de lei que dará maior simplicidade e celeridade a declarações de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI N.º 389/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada a obrigatoriedade da instalação da disciplina de Educação de Trânsito no currículo das escolas públicas de 1º grau do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(a) HEINZ HERWIG

Apoio: Plauto Miró Guimarães, Domingos Carvalho, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Ademar Traiano, Orlando Pessuti, Neivo Beraldin, Costenaro Neto, Colombino Grassano, Rossoni, Emília Belinati, César Silvestri, Edson Silva Lino, Albino Corazza, Élio Rusch, Nilton Barbosa, Eurides Moura, Durval Amaral e Dobrandino da Silva.

JUSTIFICATIVA:

O Governo Federal gasta bilhões de dólares, todos os anos, para tratar apenas das pessoas que ficam inválidas por causa dos acidentes de trânsito. O motorista brasileiro de uma maneira geral desconhece a legislação de trânsito, e por isso não tem o mínimo respeito quando está atrás do volante de um veículo. A legislação atual tem falhas e protege o motorista imprudente. A mudança da legislação é urgente e precisa ser feita. Mas acima de tudo acreditamos que a solução para os problemas de trânsito seja uma só: EDUCAÇÃO.

Hoje as nossas crianças são as maiores vítimas do trânsito. Atravessam fora da faixa de pedestre, não respeitam a sinalização, e ao invés de andar no banco de trás, ficam ao lado dos pais na frente do veículo, enfim, são diversas as causas de mortalidade infantil no trânsito, por desconhecimento e imprudência. Nos países do Primeiro Mundo, a educação de trânsito é uma realidade. As crianças deixam a escola cientes daquilo que irão encontrar na rua.

Portanto, por que não instalar a disciplina de Educação de Trânsito no Paraná, um Estado que sempre serviu de modelo para o resto do Brasil. Sabemos que existem dificuldades, mas temos certeza que elas podem ser superadas facilmente.

Encaminhamos à Secretária Estadual de Educação, no primeiro semestre deste ano,

duas cartilhas com todos os subsídios para a instalação da disciplina. As cartilhas são dirigidas aos professores de 1º grau.

O Instituto de Educação do Paraná possui um curso de especialização para os professores interessados em uma formação específica sobre Educação de Trânsito.

Existem estudos dentro da Universidade Federal do Paraná para a instalação de um curso do Pós-Graduação em Educação de Trânsito. Os atuais professores da Rede Estadual de Ensino teriam apenas que passar por uma reciclagem para terem condições de ministrar a disciplina. O maior problema, para o Governo Estadual é a falta de recursos. Empresários da área de transportes demonstraram interesse em patrocinar a confecção das apostilas. Deste modo, a facilidade para a implantação da Educação de Trânsito nas escolas públicas é incontestável. Não podemos aceitar que as pessoas fechem seus olhos para as milhares de mortes que acontecem todos os anos nas ruas e estradas brasileiras. Precisamos dar um basta nisso. O Paraná não pode ser mais conivente com este tipo de violência.

As perdas materiais podem ser recuperadas.

As vidas humanas não.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitantes que se encontram nas galerias desta Assembléia Legislativa.

Nós queremos, desta tribuna, registrar que no dia 30 de agosto próximo passado, aqui no Plenarinho desta Assembléia Legislativa, deu-se a abertura do Encontro Nacional de Movimentos Negros. Para nós do Partido dos Trabalhadores, a organização desse setor da sociedade é muito importante.

Hoje coloca-se que, em nosso País, não existe preconceito ou racismo. É o que dizem aqueles que nos dominam, é o que diz a legislação, mas a prática é completamente diferente.

Acerca de dois anos e pouco atrás, no dia 08 de março de 88, a Sra. Doralice Rosa Pacheco, única e exclusivamente por ser negra, sob uma acusação falsa, foi presa em cárcere privado do Carrefour Champagnat. Após os processos tramitando na Justiça, até agora nenhum dos juizes e nenhum tribunal ainda condenou aquele supermercado, aquela multinacional.

O Correio de Notícias do dia 26 de junho deste ano, novamente traz a denúncia de uso de cárcere privado por parte do Carrefour. Desta vez denunciemos este ra-

cismo e esse preconceito que tem se dado, não só na prática de prender pessoas por serem de cor negra em cárcere privado, mas também no seu dia-a-dia, ao submeter o negro e a mulher negra a salários inferiores, a submeter à laqueadura a maioria das mulheres negras do nosso País, a se constituir grupos de extermínio de meninos e meninas de rua, sendo que a grande parte desses meninos e meninas de rua são negros.

O preconceito e o racismo existe na prática do nosso País. Vamos olhar nos altos escalões para ver quantos negros lá ocupam cargos. Se olharmos na nossa sociedade, vamos notar que, pelo menos, 50% da população brasileira é negra, mas nos altos escalões, nos Parlamentos brasileiros, nos tribunais de justiça, como juiz, são raros os negros dentro das universidades, são raros os negros nos cargos executivos das grandes empresas. Isto demonstra que, através do preconceito e do racismo, são esses negros e negras afastados das escolas, afastados dos empregos e jogados na miséria e na marginalização pela sociedade branca, burguesa e capitalista.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, apoiamos a luta dos negros, apoiamos a organização desses negros e junto com eles lutaremos pela liberdade de todas as raças, pela liberdade dos oprimidos e nós, do Partido dos Trabalhadores, lutaremos pela transformação social, não somente pela igualdade social, mas sim por todas as igualdades como seres humanos que somos, para que uma sociedade justa seja construída em nosso País onde a opressão de gênero, raça, sexo, não tenha lugar, onde a opressão econômica e de liberdade...

Essa é a sociedade que queremos ver construída em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Com a palavra, o Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Encaminhamos à Mesa denúncia e pedido de providências ao Sr. Ministro da Agricultura, tomando por base o artigo de um dos jornais que circula nesta Casa, referindo-se ao preço aviltante da semente de milho híbrido, para o plantio da atual safra.

Já em 1985, quando o Presidente da Associação dos Municípios do Médio Paranapanema, fazíamos uma denúncia e pedíamos providências ao então Ministro da Agricultura dos preços abusivos que já aconteciam naquela época.

Para comprar uma saca de 40 quilos de milho híbrido era necessário de 6 a 8 sa-

cas de 60 quilos daquele produto. Infelizmente, pasmem Senhores Deputados, hoje houve uma transformação ainda muito pior naquele setor. Vejam que é necessário 16.5 sacas de 40 quilos comum para comprar uma saca de 40 quilos de semente selecionada de milho híbrido é realmente abusivo que isto aconteça no momento em que a agricultura brasileira atravessa uma das suas piores fases de toda história de nosso País.

O agricultor descapitalizado há muito não tem condições de sobrevivência. Agora nos aproximamos do momento do plantio e ocorre essa distorção abusiva de que o agricultor vai gastar mais de 11% de sua produção para adquirir o milho para o plantio.

Não obstante o financiamento que vai acima de 20% também de sua produção agrícola, por isso acreditamos que também nós representantes de um poder forte, de um poder que também tem responsabilidade na agricultura brasileira, esta Casa de Leis.

Por isso Senhores, queremos dizer que precisamos tomar uma posição enérgica e para isso estamos encaminhando ao Senhor Ministro da Agricultura, em forma de requerimento esta denúncia, e pedindo-lhe providências para que dentro dos próximos dias haja uma tomada de posição para que o produtor agrícola possa ter minimizada esta situação realmente de desespero.

Por isso, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, gostaríamos que aprovassem este nosso pedido porque desta forma, juntamente com a nossa Bancada no Congresso Nacional, a quem também estamos pedindo seja feita uma tomada de posição e possa o nosso país de um modo especial o Paraná que já produziu na última safra, a safra 90, cinco milhões e cem mil toneladas de milho. Não obstante ainda ser necessário a importação acerca de dois milhões de toneladas para complementação desse produto tão essencial para o nosso Estado do Paraná.

Eu concluo pedindo um voto de confiança aos Senhores Deputados na aprovação desta nossa proposição para que de fato possamos ter, sem dúvida nenhuma, uma atenção especial do Ministério da Agricultura, nesta situação de desespero em que atravessa o agricultor do nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, ainda com a palavra o Deputado Nilton Servo.

O SR. NILTON SERVO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, convidados aqui presentes. É com muita satisfação que faço uso desta tribuna hoje para dizer do meu descontentamento com o atual Governo do

Estado do Paraná. Esse moço, que através das suas pregações, através de sua campanha política, vinha com muita decência, com muita complacência, com muita seriedade pregando o desenvolvimento e a construção do Estado do Paraná, esse moço quer se tornar garoto propaganda a nível nacional.

Ainda ontem, lendo e ouvindo através da imprensa local e regional, ele dizia que os Deputados do Paraná ganham quatro vezes mais do que ganha Sua Excelência o Governador do Estado do Paraná. Isto é uma mentira. Esse homem para se tornar conhecido nacionalmente comprou uma briga que ao Paraná não interessa essa luta, essa briga de Orestes Quércia com Requião. Nós estamos aqui para ver a necessidade dos trabalhadores do nosso Paraná para ouvir as necessidades que pleiteiam a defasagem salarial.

O Senhor Governador, olha com caridade para esses paranaenses que acreditaram na sua eleição. Eu mesmo como Deputado Estadual sempre procurei acompanhar, através de posição ambígua, nos posicionamentos desta Casa, mas não posso prosseguir para alimentar as suas falcatriuas e as suas mentiras através de rádio, televisão e jornal. Venho de Brasília, depois de algum tempo afastado desta Casa por motivos de saúde, mas envergonhado estive em Brasília quando fiquei sabendo que é solicitada a presença do nosso Governador para depor diante de uma CPI de corrupção. Hoje ele vem se defendendo dizendo que isto é uma armada de Toni Garcia, armada de Rosenmann, mas eu diria para os Srs. que estão aqui presentes que eles pertencem a farinha do mesmo tacho e sacos do mesmo gato.

Era isto que eu queria declarar aqui nesta tribuna para que o Governador respeitasse os legisladores deste Estado.

Sr. Governador, foi com muita moral, com muita integridade que o Senhor pregava soluções inúmeras para o nosso Paraná, e venho com veemência, com coragem pedir para que coloque fim ao arbítrio, fim ao abuso, fim à prepotência.

Muito obrigado.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu só gostaria de registrar a presença nesta Casa do ex-Prefeito de Umuarama, Jorge Vieira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Registrado com muita satisfação.

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Heinz Herwig.

O SR. HEINZ HERWIG - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou apresentando hoje um projeto de lei que requer a instalação da disciplina de Educação de Trânsito no curriculum das

escolas públicas de 1º grau do Estado do Paraná. Este decreto, em seu art. 1º, diz: "Fica declarada a obrigatoriedade da instalação da disciplina de Educação de Trânsito no curriculum das escolas públicas de 1º grau do Estado do Paraná".

O porquê disso? É muito fácil. Diariamente morrem crianças e adultos nas nossas vias públicas, vias públicas construídas para a locomoção da população do nosso Estado. Alguma coisa terá que ser feita porque senão esse "campeonato" que o Brasil ganha disparado no nosso mundo não vai perder: é o campeonato que nós ganhamos todos os anos, que é o número de pessoas que morrem nas nossas estradas e nas nossas vias públicas.

O Governo Federal, os Governos Estaduais e os Governos Municipais gastam bilhões de cruzeiros todos os anos para tratar as pessoas que ficam inválidas por causa de acidentes de trânsito.

O motorista brasileiro, de uma maneira geral, desconhece a legislação de trânsito e, por isso, não tem o mínimo respeito quando está atrás de um volante. A legislação atual tem falhas e protege o motorista imprudente, e a mudança dessa legislação é urgente e precisa ser feita, mas acima de tudo acreditamos que o mais importante que deva ser feita e o que mais falta é uma única palavra: educação, e como tudo neste País educação também de trânsito.

Hoje, as nossas crianças são as maiores vítimas, atravessam fora da faixa de pedestre, não respeitam a sinalização, ao invés de andar no banco de trás do veículo, sentam no banco dianteiro. Enfim, são diversas as causas da mortalidade infantil no trânsito do nosso País.

Nos países do primeiro Mundo a educação de trânsito é uma realidade. As crianças deixam a escola cientes daquilo que vão encontrar na rua. Portanto, por que não instalar a disciplina da educação de trânsito no Paraná, um Estado que sempre serviu de modelo para o resto do País. Sabemos que existem dificuldades, mas temos certeza que elas podem ser superadas facilmente.

Já encaminhamos à Secretaria de Educação do Estado no começo do ano duas apostilas, duas cartilhas que serviriam de modelo para a instalação da disciplina nas nossas escolas.

São cartilhas simples, didáticas, que podem ser confeccionadas com baixo custo, e cujo custo pode ser subsidiado por empresas e nós já contactamos, que poderão pagar a confecção dessas cartilhas. Então, a Cadeira de Educação de Trânsito pode ser ministrada nos oito anos de ensino básico das nossas escolas. Não podemos mais aceitar que as pessoas fechem seus olhos para

as milhares de mortes que acontecem todos os anos nas ruas, nas cidades, nas estradas brasileiras. Precisamos dar um "basta" nisso. O Paraná não pode mais ser conivente com esse tipo de violência. As perdas materiais podem ser recuperadas, as vidas humanas não. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Há poucos instantes ouvimos o pronunciamento do colega Eurides Moura, falando sobre a grave situação da agricultura, especificamente dos plantadores de milho.

Nós estamos ocupando esta tribuna, para também falar da grave situação da agricultura, precisamente sobre os plantadores de trigo. Nós sabemos da luta, dos debates, das reuniões que houveram nesta Assembleia, na época do plantio do trigo, do Bloco Agropecuario, da Comissão da Agricultura, reivindicando condições e preço para que o Paraná pudesse produzir trigo.

Estamos agora no oeste do Paraná, começando a colher trigo, apesar da redução da área plantada e os agricultores que mesmo contra a política nacional do plantio do trigo tiveram a coragem de fazer o cultivo, hoje, ao colher a sua safra, estão tratada com muita dificuldade e com recursos próprios porque os recursos eram escassos, não têm para quem vender o seu trigo colhido, não tem preço justo que cubra os custos e o nosso apelo é no sentido de que o Governo libere recursos urgentemente para que os plantadores de trigo possam ao colher, ter o preço justo e ter recursos para que os moinhos compradores façam aquisição no momento oportuno.

Não sei se nesse país ainda adianta lutar, reivindicar e protestar. Agricultura brasileira passa pela maior crise da sua história e as entidades que representam os produtores rurais já não reclamam.

Estão entrando na Justiça. É o que nós temos aqui como notícia, nos últimos dias: "os produtores rurais de todo o país, liderados e representados pela OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras, da Confederação Nacional da Agricultura, da Sociedade Rural Brasileira estão entrando com mandado de segurança na Justiça Federal, contra a política do Governo, que está neste momento, fazendo importação de carne e importação de trigo, com subsídios da Comunidade Econômica Europeia e dos Estados Unidos, contra o Governo Federal, está agindo contra a lei agrícola que foi aprovada há poucos meses atrás". A nossa lei agrícola estabelece que o governo, ao fazer importações de produtos com subsi-

dios dos Governos tem que implantar o imposto de importação de natureza compensatória. As entidades cansaram de reivindicar que esta lei fosse cumprida pelo Governo Federal, e não houve mais alternativas senão entrar na Justiça para que a lei fosse cumprida. A nível interno o Governo não consegue mais subsídios e nem mesmo créditos. E, além disso, os produtores são obrigados a pagar taxas de juros que aos que exportam para o Brasil não pagam.

O entendimento das entidades representativas dos produtores rurais é de que sob o pretexto de garantir o abastecimento interno essas importações podem destruir o setor produtivo nacional.

Não é preciso ser muito inteligente para entender que essas importações com subsídios vão acabar com a produção nacional e depois que nós não produzirmos mais os países estrangeiros irão cobrar preços absurdos e teremos que importar porque a nossa produção já não nos atende mais.

Nós registramos aqui o protesto e a reivindicação de que o Governo Federal seja sensível e respeite a lei agrícola, e que se não apoiar a produção nacional quando se faz importação pelo menos estabeleça o imposto compensatório para que os subsídios dos países não sejam prejudiciais aos produtores deste País.

Acreditamos na sensibilidade e no bom senso de que o produtor do Paraná seja respeitado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No dia 26 de julho último eu me pronunciei nesta tribuna a propósito do comportamento do Governo do Estado em relação aos salários dos servidores estaduais. E, naquela ocasião, cobramos uma postura coerente com as falácias de campanha com a propaganda oficial e sobretudo uma atitude de respeito aos próprios preceitos constitucionais.

Solicitamos, inclusive, naquele pronunciamento, que a Assembleia Legislativa tomasse providências através de sua Procuradoria Jurídica para que responsabilizasse o Governador pelo não-cumprimento das leis, conforme o art. 88, da Constituição do Estado.

A questão do funcionalismo público estadual à luz da crescente deterioração de seus vencimentos, já motivou greves, pronunciamentos inflamados aqui nesta Casa, ameaças de processos e a lotação das galerias nas inúmeras comissões de servidores que chegam até nossos gabinetes em busca de apoio às suas reivindicações.

Não deve ser novidade eu dizer aqui que a cada momento que encontramos um servidor público nos corredores desta Casa, sejam servidores da Assembleia Legislativa de outros órgãos públicos, ou no próprio interior onde percorremos em quase todos os finais de semanas a interpelação dos servidores estaduais, dos professores e todos os outros servidores públicos de como está sendo a nossa política salarial, quando é que vai ter aumento para os servidores do Estado. Acredito que todos os senhores Deputados devem ter recebido estas cobranças e questionamentos dos servidores do Estado quando encontram, nas suas andanças ou nesta própria Casa. Cabe lembrar, neste momento, que a atitude mais grave do Governo do Estado, contra os seus servidores, foi a decretação do fim da data base, de uma forma arbitrária e inconstitucional, fechando as portas da negociação, revelando aí a outra face do propagado equilíbrio financeiro divulgado pelo Governo do Estado em suas entrevistas à imprensa nacional.

A nível nacional se vende a imagem de um Estado com suas finanças em dia e com uma dívida mínima em relação aos demais Estados do País.

Internamente, a desculpa para o não atendimento dos reajustes dos servidores é a necessidade do aumento da arrecadação, condicionando o atendimento às demandas salariais do funcionalismo ao melhor comportamento da arrecadação de dinheiro.

De duas, uma: ou a situação financeira do Estado não é aquela divulgada nacionalmente, e conseqüentemente sugerindo que muita coisa não vai bem no reino da transparência e da democracia, entre aspas; ou o propalado aperto fiscal com que se pretende melhorar o comportamento da receita não passa de mais um lance publicitário do Governo do Estado.

Mas, voltando ao tema, voltando ao nosso Estado, é importante que analisemos o comportamento do Governo no que diz respeito ao cumprimento da Constituição Estadual, que em seu art. 17, Parágrafo Único das Disposições Transitórias, prevê que os Estados e Municípios, quando a respectiva despesa de pessoal exceder o limite previsto neste artigo, que é de 65% das receitas, deverão retornar àquele limite, reduzindo o percentual excedente à razão de 1.5% por ano. Não há como escamotear o dispêndio com o pessoal em nosso Estado, que deveria ser fixado em 65% do valor das receitas correntes do Estado, segundo a Constituição do Paraná, no art. 17, Parágrafo Único, deve ser reduzido na forma escalonada, na ordem de 20% ao ano.

Senhor Presidente, solicito o Horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Segundo a Constituição, estes percen-

tuais devem ser reduzidos de forma escalonada em 20% ao ano.

Basta observarmos índices, dados, divulgados pela própria Secretaria de Estado da Fazenda, em relação aos percentuais dos gastos com pessoal de 1989 para cá.

Nós vamos verificar que as aberrações jurídico-constitucionais cometidas pelo Governo Álvaro Dias, corroboradas, agora, pelo atual Governo, no sentido de justificar o descumprimento da lei e o arrocho salarial dos servidores, senão vejamos.

Em 1989, o Estado poderia, aliás, o Estado teve uma despesa corrente com o pessoal na ordem de 79.1%.

Desta forma, a diminuição com os gastos de pessoal, em 1990, não poderia ultrapassar o índice de 76.1% das despesas correntes do Estado.

Todavia, segundo os dados da própria Secretaria da Fazenda, os gastos de pessoal no ano passado ficou em 61%, quando a Constituição permite que fosse até 76%.

Enquanto o Governo alega estar cumprindo preceito constitucional, vimos aqui que isto não é verdade.

Uma diferença superior a 15%. Resumindo, podemos dizer que em 1990, o Governo poderia ter gasto 15% a mais das despesas correntes, digo, das receitas correntes do Estado com despesas salariais.

E isto estava completamente constitucional, pelo artigo 17, parágrafo único das disposições transitórias da nossa Constituição.

Neste ano quando os gastos de despesas com pessoal deveriam ser da ordem de 73.1%, os dados do nosso próprio Governo, até julho último, deu conta de que este índice deverá ultrapassar, não deverá ultrapassar a 63%, quando poderia ir até 73% e estava dentro da constitucionalidade.

Mesmo que tenha havido um estancamento da escalada decrescente e inconstitucional dos gastos com o pessoal neste ano, o que se verifica é que o Governo Requião não procedeu nenhuma recuperação salarial dos servidores, mantendo a política de arrocho promovida pelo seu antecessor Álvaro Dias. Com suas atitudes, o atual Governo procura justificar que quando assumiu o Governo o índice de gastos com o pessoal já era menor que 65% e que apenas manteve este percentual.

A questão tem duas variantes, a primeira de ordem econômica, em vista de que o funcionalismo conforme o índice da fundação Getúlio Vargas, acumula uma perda salarial de ordem de 193,99%.

Então, a segunda questão é que legalmente o Estado poderia dispendir até 73.1% com o pessoal.

Portanto, o que se verifica é que não existe vontade política do atual Governo para atender a recuperação dos salários

dos servidores do Estado, tanto é assim que o Requião burla a Constituição Federal e a Constituição Estadual ao publicar o Decreto 532 em 25 de julho último, acabando com a data base dos servidores.

Este decreto é justificado pelo respeito aos limites de 65% das receitas orçamentárias, que por sua vez devem ser estabelecidos em lei complementar, até agora inexistente.

Neste caso o Governo não poderia em hipótese nenhuma baixar este decreto em sobreposição à Constituição Estadual, já que a ausência da lei complementar transfere o tratamento da questão para a carta estadual, que prevê a redução escalonada dos gastos com o pessoal que o Estado vem desrespeitando.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, o Governo do Paraná não só fechou as negociações com os servidores através do fim da data base, várias têm sido as tentativas dos sindicatos e associações dos servidores em negociar diretamente com o Governo, mas as portas do Palácio Iguaçu, que já foram abertas para o grupo Atalla, que foi reclamar o valor das suas dívidas, ao que parece, tendo sensibilizado o Governador, estão fechadas para os servidores do Estado. Nesse sentido a Bancada do PT está apresentando nesta tarde, nesta Casa, um requerimento que visa a formação de uma Comissão composta por um Parlamentar de cada Partido para discutir neste Parlamento, intermediar junto ao Governo a abertura das negociações com os servidores, conforme já foi dito, acumulam uma perda salarial de aproximadamente 193%, segundo os índices gerais de preços médios da Fundação Getúlio Vargas.

Este Parlamento não pode se negar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não pode se negar a interceder neste caso, pois além de estar em jogo a qualidade dos serviços públicos do Paraná, que podem perder seus servidores, como já estamos vendo muitos servidores que relevantes serviços têm prestado ao Estado, que têm se qualificado para prestar bons serviços ao Estado e à população através de recursos públicos, se obrigam a deixar o seu trabalho para procurar melhores condições de trabalho. A própria Constituição que está sendo negada por aqueles que deveriam preservar o seu cumprimento, nós não podemos deixar de ser os guardiões da Constituição do Estado, e este Parlamento participar de uma negociação com os servidores do Estado. Nós estivemos, há alguns dias, numa reunião, no Plenarinho da Assembléia, com mais de 30 representações de associações e sindicatos dos servidores do Estado, pedindo interferência dos Deputados na questão do Salário dos Servidores.

Nós tivemos na Comissão de Consti-

tução e Justiça uma exposição dramática de representantes dos sindicatos dos servidores do Estado, trazendo a cobrança aos Deputados da Comissão de Justiça, que é a Comissão que tem por obrigação cobrar a aplicação da Constituição Estadual, tivemos este apelo dramático para que se intermedie e que se venha fazer cumprir a Constituição neste caso dos servidores do Estado. Nós ouvimos pela imprensa há alguns dias passados, a convocação de uma reunião com os Srs. Deputados para discutir o seu aumento de salário e que brevemente foi resolvido.

Portanto, esperamos que os Deputados desta Casa não se neguem a apreciar e a aprovar este nosso requerimento, para que uma Comissão de Deputados possa participar junto aos servidores, intermediar uma negociação justa, uma negociação com o Governador e os representantes dos servidores para que possa fazer alguma coisa nesse sentido.

Nós ouvimos naquela tribuna há alguns dias, o Líder do Governo - Deputado Pessuti, se pronunciando e contestando um Deputado que falou desta tribuna de que o governo estava aberto, estava recebendo os servidores para discutir. Se está recebendo, não está surtindo efeito nenhum, porque até agora as reclamações continuam, as dificuldades dos servidores continuam cada vez mais e, como eu disse, diariamente nós recebemos as cobranças pelos corredores desta Casa e inclusive, desta Casa, os servidores cobram medidas cabíveis para o seu funcionamento nesta Casa, como creche, como outras necessidades da Assembleia Legislativa.

Então é necessário que nós, Deputados, intervenhamos neste assunto e possamos discutir isso com clareza, que cada partido indique seu representante e nós possamos negociar, conversar diplomaticamente com o Governo do Estado e com os representantes dos servidores nesta Casa, para se chegar a uma solução do impasse. Não se pode admitir que os servidores tenham quase 200% de perdas salariais e ninguém toma uma decisão correta e justa nesse sentido.

Era isso, muito obrigado.

(Palmas da plateia).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A sessão está suspensa até que as galerias se comportem decentemente.

(Está suspensa a sessão).

Está reaberta a sessão. Concedo a palavra no Grande Expediente, ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti:

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, gostaria de passar a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores e Senhores Deputados. Na semana passada, quando aprovamos um requerimento formando uma comissão especial para fazer uma visita "in loco" no acampamento dos sem-terras na fazenda Santana, no município de Campo Bonito, requerimento aprovado por todos os Senhores Deputados, gostaria de dizer que nos deslocamos na quinta-feira, logo em seguida, até o referido município. A comissão de Parlamentares que esteve presente foi composta pelos Senhores Deputados Duílio Genari, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Ernani Pudell e este que vos fala.

Queria antes de mais nada, neste instante, relatar nossa estada naquele município de Campo Bonito, bem como no fim da tarde no Município de Ibema. Às 13 horas da quinta-feira passada, nos reunimos com o Prefeito de Campo Bonito, com os Vereadores, com as Lideranças, com a equipe técnica do ITCF e com um representante da empresa proprietária da terra. Num encontro rápido, preliminar, apenas nos conhecemos. Em seguida, às 14 horas, nos dirigimos até o acampamento propriamente dito, na área onde foi feita a invasão. Lá fomos recepcionados pelas famílias dos acampados, pelas suas lideranças, na companhia do Prefeito e dos Vereadores daquele município, bem como dos técnicos do ITCF. Tomamos conhecimento da situação. Realmente a situação daquelas famílias é dramática e extremamente constrangedora a qualquer vista de qualquer cidadão comum. Tomamos conhecimento, fizemos uma rápida reunião, apenas fomos anotando as informações que nos eram repassadas e às 16 horas, nos dirigimos à sede da fazenda, à indústria lá localizada e mantivemos um encontro rápido com o gerente daquela empresa. Às 17 horas daquele mesmo dia nos encontramos com o Prefeito de Ibema, com os Vereadores e lideranças também do acampamento de Ibema. Dirigimo-nos até o acampamento de Ibema e lá também participamos de uma reunião com as lideranças dos acampados, com as autoridades municipais e os técnicos do ITCF, anotando, ouvindo. Às 19h30 min., realizamos uma reunião na Câmara Municipal de Ibema, com a presença dos dois Prefeitos de Ibema e de Campo Bonito, e com as duas Câmaras Municipais também e com as mesmas lideranças dos acampados, do ITCF e outras lideranças que lá se encontravam, ouvindo e anotando.

A nossa comissão continua trabalhando. Estas informações que estou repassando aos ilustres Pares desta Casa é para que na verdade se, se formou uma comissão, esta vai apresentar no final um documento.

Hoje pela manhã, tivemos uma reunião com a presença também já do Deputado indicado pelo PMDB, Dobrandino, aonde nós montamos uma estratégia de ação e de trabalho. E hoje à tarde, a partir dessa sessão, nós vamos ter uma reunião aqui na Assembleia, na Sala das Comissões, com o proprietário da terra, ou os proprietários da terra da Fazenda Santana; e no dia 5, às 9 horas, na quinta-feira, na Sala das Comissões, nós vamos ter um encontro com o representante do INCRA, aqui do Paraná, e o chefe do ITCF do nosso Estado.

Além disso, é claro, outros contatos já fizemos, e, a partir da quinta-feira, vamos continuar dando prosseguimento neste trabalho nosso, desta Comissão, a qual eu tenho a honra de presidir. Mas, o que me chamou a atenção na formação desta Comissão, meus prezados colegas Parlamentares, que, quando nós formamos esta Comissão, aquele requerimento que foi aprovado, foi votado por unanimidade. Parece-me que, se algum partido político, com assento dentro desta Casa, não tivesse interesse de participar desta Comissão, ou não há interesse, teria dois momentos: o primeiro seria no momento da aprovação daquele requerimento, já colocar aqui, de público, partido x vai votar contra porque não interessa que haja uma representação da nossa Banca nesta referida Comissão.

No segundo momento, seria importante, que se porventura alguns dos partidos com assento nesta Casa, não queiram participar desta Comissão, seria importante que nos comunicasse oficialmente também, dizendo: nosso partido não tem interesse, por este ou por aquele motivo, porque, quando votamos os requerimentos, foram votados por unanimidade, não houve constatação na hora da votação.

Eu estou chamando a atenção dos Senhores Parlamentares porque o assunto é muito delicado. O assunto talvez seja o mais importante que se discute hoje, com raras exceções, é claro, pois, há poucos instantes, ouvimos os Parlamentares fazendo uso da...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Estou estranhando o puxão de orelha que Vossa Excelência pretende dar a determinados partidos, e devido isto à sua pouca experiência parlamentar Vossa Excelência deve saber, daqui para a frente, que o apoio em projetos de lei, em Requerimentos e na votação, não traz a responsabilidade de votar favoravelmente a matéria; como também a aprovação de um requerimento, embora por unanimidade, não traz

obrigatoriamente do partido se fazer representar e nem o partido deve dar satisfação a quem quer que seja.

O SR. TOTI COLAÇO - Eu agradeço o aparte, ilustre Deputado Erondy Silvério, e agradeço também, inclusive a deferência toda especial com que Vossa Excelência me tratou neste instante e realmente a experiência nossa é muito pequena, tendo em vista, que, a exemplo de Vossa Excelência, outros Deputados já estão aqui dentro desta Casa há mais de 30 anos, isto a gente reconhece.

Porém, ilustre Deputado, o que eu estava colocando não seria no sentido até de um puxão de orelha; seria no sentido de que nós, quando foi aprovado o requerimento, no requerimento foi muito claro, era um representante de cada partido. Parece-me que foi este o requerimento que foi votado nesta Casa. Então, se foi votado o requerimento constituindo uma comissão, com um representante de cada partido, então, seria importante naquele momento, que os demais partidos que não tivessem interesse, de pura e simplesmente colocar de que na verdade, nós não gostamos, não queremos fazer parte desta comissão, porque o requerimento que foi votado aqui, foi muito claro neste sentido, que seria um representante de cada partido.

Eu não quero criar problemas, celeumas em cima deste fato, mas, apenas eu estou em cima de um documento que foi aprovado por esta Casa.

Alguém pediu o aparte aí. Por gentileza, concedo o aparte ao Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Deputado Toti Colaço, eu quero parabenizá-lo por essas explicações e quero parabenizá-lo pela chamada de atenção.

A minha forma de visão neste caso, quero apoiá-lo na sua exposição e dizer que se nós estamos aqui é para ajudar, discutir, resolver e ver os problemas do povo do Paraná. Só é cego quem não está vendo a imprensa todos os dias denunciando os problemas de terras, ocupações de terras, fazendeiros armando milícias privadas, sem-terras se armando, ocupações, invasões de terras ocorrendo seguidamente em quase todos os dias. Isto não é um problema apenas do povo do Paraná ou de quem está envolvido. Nós entendemos que este Parlamento tem a obrigação e dever de participar e ajudar na solução destes problemas. No nosso entendimento aquele requerimento justamente colocaria os Deputados, um de cada Bancada, teria condição de esclarecer, porque nós estamos aqui envolvidos no dia-a-dia no nosso trabalho na Assembleia, na burocracia e, muitas vezes,

não conseguimos perceber "in loco" sentir na carne, na pele o que o povo está passando como nós tivemos a oportunidade de ver juntamente com Vossa Excelência e outros Deputados naquele dia em Campo Bonito e Ibema.

Portanto, eu lamentei, lá mesmo na reunião e quero repetir aqui, lamentei e protesto pela falta de compromisso, eu diria, dos partidos não mandarem os seus representantes. Temos oito partidos aqui nesta Casa; apenas quatro mandaram representante na comissão que foi aprovada por unanimidade aqui nesta Casa. Eu acho que se nós somos novos, temos pouca experiência, como o Deputado Erondy insinuou a Vossa Excelência e provavelmente também tem o mesmo pensamento quando eu estou pronunciando desta forma, acredito, estamos, talvez mais preocupados e sentindo mais lá fora os problemas do povo, porque não estamos aqui encastelados há vinte, trinta anos dentro deste Poder, muitas vezes, esquecendo aquilo que se passa lá fora.

Portanto, eu quero lamentar e novamente registrar o meu protesto, o protesto da nossa bancada, do Partido dos Trabalhadores, pela não-participação de quatro partidos nesta comissão em que estivemos lá naqueles municípios.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. TOTI COLAÇO - Eu queria, continuando, meus prezados Parlamentares, o problema na verdade existe. Está existindo em nosso Estado. A competência nós sabemos de quem é. A comissão a qual presido, estou procurando com muita responsabilidade dirigir os trabalhos que nos foi incumbido.

Senhor Presidente, no andamento deste trabalho nós vamos ter alguns pequenos "senões" e eu vou pedir, de antemão já, a benevolência dos nossos companheiros.

Eu peguei esse jornal há poucos instantes, o "Jornal de Cascavel". Eu não quero fazer aqui um comentário, mas vou ler aquilo que compete, aonde nos atingiu frontalmente com uma colocação feita por esse órgão de imprensa. FAZENDEIROS SE ARMAM E VÃO EXPULSAR OS INVASORES, manchetes no jornal "O Paraná" de Cascavel, jornal de domingo. O que me preocupa é que dentre a matéria aqui colocada, onde vou fazer o comentário e vou dizer que não é por este caminho que vamos achar a solução e não vai ser desta forma que vou presidir esta comissão.

Dentre outras coisas, diz o seguinte: "Os fazendeiros não ficaram bem impressionados com a visita dos Deputados aos acampamentos, pois, segundo afirmaram, eles não vieram investigar quem está certo ou quem está errado, mas, sim, fizeram po-

liticagem para conseguir votos..." Eu quero deixar claro aqui neste Parlamento, eu não precisei ir a Campo Bonito, não precisei ir a Cascavel não precisei percorrer o Estado do Paraná todo para me eleger Deputado, fiquei na minha região de Irati durante todo o tempo e me elegi por aquela região, e por ela vou até as conseqüências finais na defesa daquela gente.

Mas da mesma forma, não aceito de forma e hipótese alguma, colocação desta natureza, no que diz respeito a esta Comissão à qual tenho a honra de presidir.

Não é por este caminho que vão fazer com que esta Comissão pare de trabalhar. Nós vamos até o final e queremos manter a nossa calma. Nós pedimos aos acampados de Campo Bonito e da Fazenda Ibema, no meio de mais de trezentas famílias, tivemos a coragem de dizer a eles: "não é através da violência que vamos achar a solução para o impasse daqui". Tivemos a mesma decência e a mesma coragem de dizer ao procurador da terra e como vamos dizer hoje também à tarde: "não é pela violência, se armando, que vamos achar a solução para o Paraná, com esta tão decantada reforma agrária".

Se esta Comissão existe e é por isto importante a presença de cada representante de cada partido, porque vamos ter muitos momentos de discussões internas, para acharmos uma luz, um caminho para este problema que hoje está em Ibema; estive em Londrina; amanhã ou depois vai estar em Irati; estará em todos os grandes municípios onde existem os grandes latifúndios; e eu vos falo com toda a sinceridade: não é pelo caminho da arma, seja do lado dos fazendeiros, seja do lado dos "sem-terra" que nós vamos achar uma solução para o impasse.

É preciso que este Parlamento, principalmente nós, que temos a responsabilidade, temos votos de fazendeiros, votos de "sem-terra", voto de empresários, voto de liberais, do funcionalismo público; afinal de contas, somos os representantes do povo.

Nós temos que ter consciência de que o problema existe, seja a favor ou seja contra, o problema está aí.

Meus prezados companheiros, Senhores Parlamentares. Esta Comissão, Senhor Presidente, que foi indicada por Vossa Excelência, nós vamos conduzir o nosso trabalho até o final, com a maior lisura e a maior responsabilidade, da mesma forma que não vamos aceitar, seja do lado dos acampados ou do lado dos proprietários da terra que - venho repetir isso - nós estamos fazendo politicagem em cima de um problema que aí está, às vistas e aos olhos de todos nós.

O Sr. Paulo Maia - Vossa Excelência me

concede um aparte?

(Assentimento)

Eu me solidarizo com o pronunciamento de Vossa Excelência e acredito que, de fato, quando se cobra a omissão deste Parlamento, nestas questões que envolvem o ser humano, não procede como aí está, a colocação de que nós fomos lá para fazer política.

Se este Parlamento se omite nestes casos e em tantos outros casos que envolvem o ser humano, em questões diferentes da sociedade paranaense e da brasileira, se diz que os Deputados são totalmente omisso e que fazem apenas uma política de sustentação de salários.

Quando os Deputados que representam o povo dentro do Parlamento, fazem um trabalho desta natureza, vem a crítica daqueles que de fato jamais se solidarizaram, jamais se mobilizaram para resolver o problema social; o que nós estivemos vendo, é uma coisa que sensibiliza a qualquer ser humano é o caso da fome; é o caso da insensibilidade do ser humano para com o ser humano e nós vimos ali e assistimos a um caso dramático, a um caso que precisa de fato, que pessoas que têm o poder de decisão possam fazer, como Vossa Excelência muito bem diz, um relatório imparcial, um relatório que mostre ao governo, que mostre à sociedade paranaense, a finalidade da nossa visita e que demonstre também ao Governo do Paraná a responsabilidade que paira sobre os seus ombros pela inoperância do Governo Federal.

Na omissão do INCRA, naquela questão dos "sem-terra" da Fazenda Santana, simplesmente por uma omissão, porque ele joga para o Governo do Estado a responsabilidade que lhe é devida. E nós estamos vendo por uma nota lamentável, queremos considerá-la como nota lamentável, dizer que os fazendeiros estão se armando para o enfrentamento, prevendo, inclusive, o derramamento de sangue. Nós temos certeza que se os fazendeiros, que imprudentemente deram declarações desta natureza, se voltarem para o bem comum, se voltarem para a paz, se voltarem para os objetivos que tem a Comissão presidida por Vossa Excelência, com os objetivos que esta Comissão tem, obviamente não haverá derramamento de sangue, mas o bom entendimento que interessa ao Paraná.

Nós não queremos que o Paraná seja manchado de sangue, porque está apenas pedindo o direito de trabalhar, o direito de dar ao seu filho o pão de cada dia. Por isso é lamentável uma declaração desta natureza, dizendo do armamento de fazendeiros, dizendo do armamento através de jagunços, prometendo derramamento de sangue como uma forma de não contribuir com o trabalho que, com certeza, essa Comissão

desenvolverá.

E eu lamento profundamente - quero voltar a frisar - que não é desta forma que nós resolveremos os problemas sociais do Paraná, os problemas sociais do Brasil, porque a cada dia nós estamos vendo o povo passando mais fome. São eles os "sem-terra", são os servidores públicos do Paraná, e o esbanjamento da coisa pública sendo jogada a cada instante, com as declarações absurdas do desvio do dinheiro do povo brasileiro.

E nós temos certeza que indicaremos ao Governo do Paraná, indicaremos à sociedade paranaense, através dessa Comissão, o caminho da paz, o caminho da viabilidade para um problema social de gravíssima importância pela qual passam aquelas crianças e mais de 150 crianças em situações as mais críticas possíveis de saúde, de educação, passando fome, e que, infelizmente, poucos estão se sensibilizando.

Por isso, eu conclamo e associo-me a Vossa Excelência, conclamo os demais companheiros Parlamentares para que, juntos, possamos demonstrar de fato, o verdadeiro papel que nós, Parlamentares, teremos e temos junto à sociedade. E esse trabalho dessa Comissão, como Vossa Excelência muito bem frisou, não será desfeito, não será desmantelado, não será tirado da sua origem com ameaças semelhantes a essas ou com essa falácia de que Deputados foram lá para angariar votos. Se teve alguém preocupado em angariar votos, Vossa Excelência sabe muito bem que não foram os elementos dessa Comissão, mas sim, aqueles que não estão para contribuir com o bem social, com a paz do Paraná e com o problema de fome, miséria e insensibilidade que está havendo por parte de alguns que deveriam se associar, para que seja visto o problema da fome, o problema da miséria, o problema do desemprego, que hoje vive grande parte do povo paranaense.

Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO - Vamos, através do diálogo, do entendimento, vamos procurar achar o caminho para o impasse surgido e talvez surjam outros. O que não podemos, na verdade, é nos omitir.

Eu quero, ao encerrar, agradecer ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti que me cedeu este horário, porque era ele que estava inscrito para fazer uso do Grande Expediente. E agradecer, é claro, a atenção de todos os Senhores, e dizer que a nossa Comissão está iniciando o trabalho e vamos manter, principalmente esta Casa, informada de todos os passos que vamos dar para prestar contas, inclusive, do trabalho que pretendemos seja muito útil, principalmente para o Paraná, para os empresários e, por que não dizer, muito especialmente

também para os "sem-terra" do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

PTB.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PDT.

Com a palavra, o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No último dia 22, tivemos um Fórum de Debates realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, com a participação de mais de duas dezenas de entidades relacionadas aos assuntos referentes ao art. 205 da Constituição Estadual.

Nós lá estivemos presentes: a Deputada Emília Belinati, parece-me que o Deputado Alceu Swarowski também se fez presente.

A FIEP tirou como resultado deste Fórum de discussão, onde lá estava a sociedade representada pela. (Lê):

"APEBI - Associação Paranaense das Empresas de Biotecnologia

FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná

FETIEP - Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado do Paraná

FETAEP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

CLI - Conselho da Livre Iniciativa

UFPR - Universidade Federal do Paraná

PUC/PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

UEM - Universidade Estadual de Maringá

UEL - Universidade Estadual de Londrina

UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa

UNIOESTE - Universidade Estadual de Cascavel

FÓRUM DOS REITORES

IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná

ASSIBRAL - Associação das Indústrias Brasileiras de Produtos para Laboratórios

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná

IEL - Instituto Euvaldo Lodi

CITPAR - Centro de Integração de Tecnologia do Paraná

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ

E a nota tirada dia:

CONSIDERANDO que o desenvolvimento econômico e social do Paraná, face à política de abertura e competição da economia nacional, está dependendo do incremento do processo de desenvolvimento científico e tecnológico do Estado em suas instituições de ensino e de pesquisa e em seus setores produtivos primário, industrial e de serviços, se define pela priorização do desenvolvimento científico e tecnológico através de:

a) uma reformulação profunda do sistema de ensino nos seus três níveis, que não estão acompanhando e respondendo às necessidades do desafio de uma economia moderna;

b) o estabelecimento de uma política de médio e longo prazo que oriente as instituições e empresas envolvidas no processo;

c) destinação de recursos financeiros específicos e expressivos para a pesquisa pura e aplicada;

d) integração e participação das instituições civis representativas e da administração pública na elaboração e aplicação da política de C & T para garantir abrangência, continuidade e benefício social.

Assim sendo, RECOMENDA como primeira etapa do processo de desenvolvimento científico, tecnológico, industrial e econômico do Paraná:

1. destinação do percentual de 2% da receita tributária para os projetos e programas de C & T;

2. criação de órgão específico e autônomo para o estabelecimento da política e aplicação dos recursos;

3. participação expressiva da sociedade civil através da representação paritária estabelecida no texto constitucional, ou seja, 20% do Poder Executivo, 20% da Comunidade Tecnológica, 20% da Comunidade Científica, 20% da Comunidade Empresarial e 20% da Comunidade de Empregados;

4. de maneira a viabilizar estas recomendações, reivindicam a regulamentação imediata do art. 205 da Constituição do Estado do Paraná, através da aprovação, pela Assembleia Legislativa e sanção do Senhor Governador, do Projeto de Lei nº 312/91, de autoria da Deputada Emília Belinati e do Deputado Algaci Túlio."

(Termina de ler)

Em razão disso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós também apelamos a este Plenário ao bom senso para que façamos valer o que diz a nossa Constituição Estadual, para que possamos regulamentar o art. 205 e fazer valer, afinal de contas, aquilo que nós aprovamos quando nós fomos os Constituintes, quando nós fizemos a

Carta do Paraná. E o projeto está em andamento, está na Comissão de Constituição e Justiça, e me parece tendo como relator o Deputado Durval Amaral, a quem nós pedimos o apressamento do seu parecer e, consequentemente, na votação desta Comissão para que ele venha nos próximos dias, o mais tardar na próxima semana, a este Plenário para que os Senhores Parlamentares possam analisar e votar conscientes este projeto que é de suma importância para a área da ciência e da tecnologia.

Senhor Presidente, ontem à noite, diante da sua impossibilidade de se fazer representar como Presidente desta Assembleia, na palestra na ADESG, nós tivemos a satisfação e a felicidade de representá-lo e representar os demais 54 Parlamentares desta Casa, quando tivemos inclusive a oportunidade de mostrar aos alunos da ADESG, a importância do Parlamento, o trabalho dos Senhores Parlamentares, e fazendo uma radiografia do trabalho do nosso Legislativo.

Foi, acredito, uma grande oportunidade que tivemos de mostrar, inclusive, a melhor produção das Assembleias Legislativas do Brasil, que foi aqui a nossa Assembleia. O melhor comportamento das Assembleias do Brasil, feito por esta Assembleia também. A produção dos Senhores Deputados, o trabalho das Comissões Internas, das Comissões Parlamentares de Inquérito, os Fóruns de Debates que esta Casa tem constantemente promovido, o atendimento e a parceria com o Governo do Estado na votação favorável das Emendas para cá encaminhadas. De vinte e uma delas, vinte foram votadas favoráveis, demonstrando a responsabilidade, acima de tudo, dos Parlamentares com o crescimento e com o progresso do Estado do Paraná. Apenas uma delas não foi votada, porque é a Lei do Meio Ambiente que ainda permanece em discussão aqui nesta Assembleia.

Portanto, Senhor Presidente, eu quero neste momento, então dizer que o Delegado da ADESG, Procurador da República, encaminha a esta Assembleia, o agradecimento pela presença deste Poder, lá representado pela nossa pessoa, em nome de Sua Excelência, o Senhor Presidente que por motivo de doença na família não pôde comparecer e falando em nome dos demais Parlamentares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa agradece a Vossa Excelência por se fazer presente na reunião da ADESG e congratula-se com Vossa Excelência pela excelente exposição que fez naquela organização.

Está com a palavra, o Senhor Deputado Valdir Rossoni, do PRN.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente,

Senhores Deputados.

Quero justificar que falo aqui da tribuna do Governo, porque nós, do lado da Oposição, não temos a mesma sorte, porque lá o som não funciona como funciona aqui. Mas, o que me traz a esta Casa, é um assunto que foi notícia no final desta semana e que ontem saiu uma nota oficial do Presidente do BANESTADO, chamando este Deputado de mentiroso. Mentiroso e enganoso. Quero dizer aos Senhores que as declarações que fiz são baseadas em cima de alguns documentos. O Senhor Presidente do BANESTADO, Senhor Melo e Silva, da família e primo do Governador Roberto Requião, quando da liquidação do BADEP, boa parte dos funcionários entraram com uma ação contra o BADEP. Trezentos e vinte e quatro funcionários entraram com uma ação, pedindo uma indenização trabalhista em torno de trinta milhões de dólares, mas o Senhor Wallace de Mello e Silva e mais um Diretor hoje do BANESTADO, duas pessoas, não entraram com esta mesma ação junto com os outros funcionários do BADEP.

Dois meses depois, depois que esse cidadão já era Presidente do BANESTADO, entrou com uma ação contra essa Instituição. Entrando com essa ação, e é aí que eu quero chegar ao ponto das minhas declarações de imoralidade, o ilustre presidente do BANESTADO além de entrar com uma ação contra a Instituição que ele próprio é presidente, ele quer ganhar dinheiro, quer receber o dinheiro do próprio presidente que é ele. Mas ele se esquece, e é aí que está a imoralidade, e que quero provar ao presidente de que é ele que está mentindo ao povo do Paraná, este cidadão pede uma indenização de aproximadamente 200 milhões de cruzeiros. Somada ao outro diretor do BANESTADO daria em torno de 400 milhões de cruzeiros. Mas o Senhor Presidente do BANESTADO requer todos os seus direitos trabalhistas que ele tem e que não quero discutir neste momento, mas quero dizer a todos os Senhores o seguinte: este presidente do BANESTADO se esqueceu que não trabalhou no período em que Roberto Requião era Prefeito de Curitiba e ele Secretário de Estado. E ele requer dos seus 15 anos de trabalho junto ao BADEP um salário anual por tempo de serviço e se esquece de deduzir o tempo que ficou à disposição da Prefeitura de Curitiba. Ele também requer indenização do seu trabalho durante o tempo em que ele ficou de licença para comandar a campanha política do próprio Governador, hoje, do Estado. E aí é que nós estamos provando a imoralidade do Presidente do BANESTADO. Melhor seria ele tocar a sua questão trabalhista com o BANESTADO e com o BADEP, do que todos nós sabemos a oposição foi contra a extinção e a liquidação do BADEP aqui nesta Casa e todos nós sabe-

mos e até os Deputados da situação sabem o grande problema que causou ao Estado esta liquidação. Se nós formos pegar as questões trabalhistas, se formos pegar a dívida do BADEP dariam em torno de 200 milhões de dólares, que deverão ser assumidos pelo próprio BANESTADO. E ainda para encerrar: o Senhor Presidente do BANESTADO além de requerer o que já falei, requereu também e entrou na justiça contra a própria Instituição que preside, pedindo duas horas por dia de indenização. E todos nós sabemos que um funcionário de banco ganha por seis horas trabalhadas, ele está pedindo mais duas horas de indenização.

E os Senhores poderiam estar perguntando: onde está a imoralidade? Têm diversas imoralidades que poderiam ser analisadas por esta Casa. E é por isto que eu venho aqui hoje desafiar o presidente do BANESTADO para que venha dar as explicações devidas a esta Casa, porque 200 milhões de cruzeiros dariam para muitos pobres neste Estado deixar de passar fome. Dariam para construirmos muitas escolas neste Estado. E é aí que está a imoralidade. E gostaria que este presidente do BANESTADO, que se dizem os homens mais sérios deste País, atacam a tudo e a todos que peçam demissão do seu cargo, enquanto estiver com esta questão trabalhista contra esta Instituição que não é da família Mello e Silva, mas sim, do povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Lourenço Fregonese com a palavra.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Nobres Deputados.

Lembro-me muito bem que acabava o verão, começava o outono e este Deputado reclamava sobre o problema do guindaste em Paranaguá.

Dizia este Deputado que 10 milhões de dólares estavam sendo jogados fora, apodrecendo, porque o Governo não tinha a capacidade de licitar uma subestação de energia.

Passou-se o outono. Passou-se o inverno. Estamos entrando na primavera e continua lá o guindaste sem nada ser feito. Não bastasse isso, o Porto de Paranaguá, através de seu Diretor Técnico, na gestão passada, adquiriu sete carretas do tipo "paletrans", de 48 toneladas, que não servem absolutamente para nada, foram feitas sem especificação alguma, e no primeiro teste, estas carretas tombaram os "containers" que havia em cima. Uma vergonha. Uma vergonha que o Governo do Estado teima em não mostrar à sociedade do Estado do Paraná.

Não bastasse isso, um dos auxiliares do Diretor Técnico mandou desatracar um navio e este navio foi ao largo, esperou que um outro navio da agência do pai deste

mesmo Diretor fosse atracado. Pela primeira vez na história de Paranaguá, uma agência de navegação acionou o Porto e venceu. O Porto tem que pagar a este navio que foi desatracado, durante algumas horas, 16 milhões de cruzeiros, fora a taxa de praticagem.

Não bastasse isso, o que faz o Diretor Administrativo do Porto de Paranaguá, na sua interiorização em Bela Vista do Paraíso? O que teria que fazer lá o Senhor Waldir Pugliesi, Diretor Administrativo do Porto, que deveria estar lutando pelo funcionalismo do Porto, pelo aumento dos funcionários do Porto? Estava lá em Bela Vista do Paraíso fazendo política! Se fosse o Diretor Comercial, eu ainda aceitaria. Mas, o que fazia o Diretor Administrativo do Porto de Paranaguá?

Mais uma vergonha! Usa do cargo para fazer política. Permanece em Paranaguá apenas três dias por semana. É esta transparência, é esta a moralidade que o Governo passa ao povo do Paraná.

Minha gente! Não bastasse isso, os funcionários do Porto de Paranaguá, os portuários, ganharam o dissídio. E o juiz determinou que fosse pago 139% de perdas salariais.

O que fez o Governo? Não pagou. Está contestando na justiça e o Porto já está em estado de greve. Dia 9 de setembro teremos a decisão, a qual, eu tenho certeza, será de justiça, e aqueles trabalhadores terão o seu direito adquirido.

Agora, grande Líder Pessuti, do Partido do PMDB, eu gostaria que o Senhor levasse este apelo ao Governador, para que estas imoralidades, estas carretas que foram feitas na gestão passada, pelo mesmo Diretor Técnico, e que permanece no Porto, um excelente engenheiro de ônibus, mas um péssimo engenheiro de Porto. Nós não podemos mais admitir que o Porto Público do Paraná se transforme no ferro velho público do Paraná. Nós não podemos mais admitir!

Hoje, dia três de setembro, eu faço um apelo, faço uma observação: se daqui a três meses, a partir de hoje, não for feito nada com relação ao equipamento do Porto, no mês de dezembro nós não teremos mais Porto no Paraná. Nós teremos puro ferro velho, pois já faz cinco anos que nem o equipamento do Porto de Paranaguá é trocado. E quando se fala em guincho, compram-se carretas para beneficiar não sei quem. Mas, as carretas estão lá para todo o Paraná ir ver e ver a vergonha do que é não saber governar, não saber administrar as coisas públicas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, concedemos a palavra do PMDB, na pessoa do Senhor Deputado

José Tavares.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Em função da exposição do Deputado Valdir Rossoni, nós queremos lembrar à Presidência desta Casa que no primeiro semestre, a Bancada do Partido dos Trabalhadores solicitou a formação de uma CPI de Finanças. E de acordo com o artigo 34, se as Lideranças não indicarem os nomes para compor a Comissão, num prazo de 48 horas, Vossa Excelência tem autoridade para fazê-lo. E isto não foi feito. Solicitamos que Vossa Excelência assim o faça, indicando os componentes desta Comissão, para iniciar os trabalhos o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados. Neste final de semana a televisão do ex-Deputado José Carlos Martinez, em rede estadual, trouxe inúmeras chamadas, dizendo o seguinte: "Heitor Wallace de Mello e Silva, primo do Governador Roberto Requião e atual Presidente do BANESTADO, está entrando com uma ação trabalhista contra o próprio banco que dirige". Esta chamada foi veiculada por inúmeras vezes em rede estadual com uma nítida conotação de tentar expor a dignidade, a honorabilidade do Governador Roberto Requião e do seu primo que preside nesses poucos meses o conglomerado BANESTADO.

Heitor Wallace era funcionário do BADEP desde 1965, foi demitido em 12 de abril de 1991 devido ao processo de liquidação extra-judicial decretado pelo Banco Central. Com a extinção do BADEP, em função da liquidação extra-judicial, a maioria dos seus funcionários foram demitidos sem que seus direitos trabalhistas fossem pagos integralmente. Por esta razão, todos os funcionários demitidos, na impossibilidade de um acordo, pleitearam seus direitos via-judicial. O pleito apresentado se restringiu exclusivamente às cláusulas estabelecidas em acordo coletivo de trabalho firmado entre o BADEP e o sindicato dos bancários, vigentes à época da demissão, a liquidação foi procedida pelo Banco Central do Brasil, não foi pelo BANESTADO e nem pelo Governo do Estado. A ação não é contra o Governo do Estado, mas contra o BADEP, que nada tem a ver com o BANESTADO. A liquidação do BADEP está sendo conduzida pelo Banco Central através de um liquidante por ele nomeado, o BANESTADO não deve um único centavo ao BADEP, pelo contrário, o BANESTADO é credor de somas vultuosas realizadas com o BADEP. E a propósito dessa questão, do direito de ajuizar uma ação, o que é que diz a Constitui-

ção Federal em seu artigo 5º: "Incisos 28º, são assegurados no termo da lei; 39º, são assegurados, independente do pagamento de taxas, letra A, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de Poder". Isso aqui é do capítulo dos direitos individuais e coletivos da Constituição da República, promulgada no dia 05 de outubro de 1988. Diz mais no inciso 34º do artigo 5º: "A lei não excluirá da apreciação do Judiciário lesão ou ameaça de direito". E o que é que fez o funcionário, ex-funcionário do BADEP, Heitor Wallace de Mello e Silva? Fez valer-se de um direito sagrado, constitucional, de bater as portas da justiça para fazer valer uma lesão a um direito seu. Por esta razão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que nós estamos aqui na Tribuna para contestar as palavras do eminente Líder do PRN, Valdir Rossoni. Tudo que se fez foi absolutamente dentro da legalidade. Os valores mencionados para indenizações trabalhistas da forma como foram colocados na televisão, são, Nobre Líder, fantasiosos e inverídicos, não correspondem à verdade. Se atualizarmos e se a julgasse hoje os direitos trabalhistas do funcionário Heitor Wallace de Mello e Silva, não ultrapassaria a casa dos vinte milhões, e não duzentos milhões de cruzeiros como a televisão alardeou para os quatro cantos do Estado.

O Senhor Heitor jamais ocupou função diretiva do BADEP e nenhuma função de confiança no período em que o BADEP começou a apresentar problemas financeiros. Ocupou, isto sim, autorizado e por conveniência da Instituição, os cargos primeiro: de Diretor Financeiro da URBS, cargo de confiança do Prefeito da época Roberto Requião; Secretário de Finanças da Prefeitura Municipal 76 a 79; de Diretor Geral da Secretaria de Planejamento do Estado de 89 a 90.

Quero aqui fazer uma anotação: o cargo de Diretor Financeiro da URBS foi de 76 a 79 e o de Secretário de Finanças na gestão de Roberto Requião.

O que seria imoral: usar de seu prestígio como Presidente do conglomerado fazendo um acordo de - amigos entre aspas -, que poderia dar margem a interpretações dúbias, coisa que jamais faria o digno e honrado funcionário Heitor Wallace de Mello e Silva do extinto BADEP, porque não é de sua índole. Ou habilitar-se judicialmente como fizeram todos os demais funcionários da empresa deixando que a própria Justiça se manifestasse sobre seus direitos ou não é para isso que existe Justiça em nosso País? A Constituição é muito clara a respeito de fatos desta natureza. Graças a Deus que nós votamos uma Constituição que tem um dos capítulos de direitos e garan-

tias fundamentais mais expressivos do mundo, do universo! Graças a Deus!! É exatamente para evitarmos abusos, injúrias, calúnias, difamações, politicagens contra homens honrados que ocupam cargos públicos neste País, aos montes, dentre os quais o Presidente, o atual Presidente do Banestado.

Para concluir, Senhor Presidente.

A menos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que exista outro caminho a seguir, e gostaria que nos fosse informado se é que existe outro caminho a não ser o caminho da Justiça. Eu não conheço outro caminho e nem defenderia aqui e muito menos o Presidente do BANESTADO Dr. Heitor Wallace de Mello e Silva. O que não se pode admitir, eu reafirmo, é manchar a honra de uma pessoa que há mais de duas décadas prestou relevantes serviços ao BADEP, é isto que não se pode permitir. Agora, de resto, nós sabemos o que aconteceu.

O proprietário da Rede Record do Paraná não vai se conformar jamais com a derrota das eleições de Governador, perdida que foi, ao mais preparado, à época dos candidatos e hoje um dos Governadores do Brasil, Roberto Requião de Mello e Silva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Nelson Justus no horário da Liderança do PL.

O SR. NELSON JUSTUS - Agradeço a deferência, a fidalguia do nobre Líder, Deputado Colombino Grassano, do PL.

A História julgará aqueles que participaram, de algum modo, pelas consequências advindas de atos intempestivos praticados pelo Poder Executivo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estas palavras não são novas. Foram ditas e ouvidas aqui neste plenário no dia 03 de abril, quando esclarecia aos nobres companheiros que, na elaboração do meu parecer sobre a transferência do Fundo de Desenvolvimento Econômico, era necessária muita paciência e extremo critério.

Hoje, é com pesar que tomamos conhecimento e vemos publicado nos jornais que Deputados Estaduais que apóiam o Governo Requião pretendem formar uma comissão para ir de encontro às autoridades federais e ao Presidente do BNDES, Dr. Eduardo Modiano, buscando administrar, de forma política, o que não quiseram ou não puderam fazer de forma legislativa.

Parabenizo os Deputados Estaduais que dão sustentação ao Governo por esta sua luta. Acho que é este o caminho para, com humildade, reconhecer que erraram quando votaram aqui nesta Casa no dia 03 de abril. Digo isto com a mesma humildade

que teria feito caso a história fosse inversa. O meu espírito público faz com que eu também, convidado que fui, integre esta comissão, sem querer nada de mais, a não ser colaborar e procurar remediar, talvez, o irremediável.

É o Paraná, este Estado altivo e grandioso, celeiro do País, orgulho dos brasileiros, novamente de pires na mão.

A transferência do FDE, foi dito aqui, ratificava a liquidação extrajudicial do BADEP e, com esta, por força de resolução, as verbas destinadas ao Paraná seriam suspensas.

Falou-se que a liquidação do BADEP seria danosa a todos e isto foi dito, repetido e afirmado exaustivamente. Tão danosa foi que estamos assistindo este triste espetáculo, esta batalha judicial trabalhista entre o Presidente do BANESTADO e o extinto BADEP.

O BADEP foi liquidado pelo Banco Central, é verdade. Mas a pedido do ex-Governador Álvaro Dias e ratificado no discurso de posse do atual Governador Roberto Requião.

Portanto, não vamos querer agora jogar a culpa ao Banco Central. Quem foi pedir a liquidação extrajudicial do banco foi o ex-Governador Dias e o atual ratificou, muito embora aqui mesmo, dentro desta Casa, os Deputados que dão sustentação ao Governo eram e são contra. E de igual maneira o atual Presidente do Banestado. Ele também é e era contra a liquidação do banco. Não teve sim força suficiente, ou argumentos suficientes, para convencer o atual Governador que, a meu ver, entende de tudo, até de banco sem banqueiro. Torno a repetir, a atitude do Governo, de caráter imediatista, desdenhou as consequências de alta gravidade, para a estrutura econômica do nosso Estado. O Governo assumiu uma postura negativa, de não colaborar com os esforços de soerguimento financeiro do BADEP, que seria possível, e seria mesmo, querendo possivelmente pretender transferir para o Banco Central os ônus decorrentes de uma medida extrema de liquidação de uma instituição com 29 anos de serviços prestados à história do Paraná.

Sem dúvida alguma a situação do Estado deve estar precária. Onde está a normalidade das finanças públicas do Estado, exaustivamente propagada na propaganda do governo Álvaro Dias. Ainda não temos o balanço semestral do Banco, que já devia estar publicado, e cujo prazo fatal deve ser ou deveria ser até o final do mês passado, se não me equivoco. Esperamos que não se prepare um remédio como se fosse uma farmácia sem farmacêutico ou fosse uma operação cirúrgica em hospital sem médico.

Senhores Deputados, é de se lamentar, e não acho justificativa que tantos homens

de valor, movidos pela emocionalidade alguns, outros pela submissão, não ousaram aviltar com independência, clareza e discernimento, o assunto referente ao BADEP. E as consequências aí estão, às quais espero e faço votos que sejam contornadas, para o bem do nosso Estado.

Fica, porém aqui novamente, a minha mensagem: a lealdade Senhores tem limite de consciência. A lealdade deve em primeiro lugar, o seu voto, a verdade. Aqui, nós todos estamos, eleitos que fomos, pelo voto do povo, para a ele servir, e aos interesses mais elevados do Estado. Não estamos aqui para servir esta ou aquela facção política, quando então, esta não defende os verdadeiros interesses da nossa gente. Estamos sim, para oferecer ao Governo, um caminho para que o mesmo possa enxergar com olhos paranaenses os interesses legítimos do nosso Estado e do nosso povo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Primeiramente me solidarizo com a iniciativa do Deputado Heinz, porque nós acreditamos que desta forma se demonstra a realidade, de que sem educação e a educação no trânsito, nós não faremos neste País a realidade que esperamos. Eu creio que esta iniciativa a nível de Paraná, é uma iniciativa pioneira a nível de Brasil e deve de fato ser tomada.

Vejo neste momento o início da discussão de um dos assuntos que nos tem trazido a esta tribuna por diferentes vezes, que é a política salarial dos servidores públicos do Paraná. Já falamos e utilizamos desta tribuna, por diferentes momentos, para relatarmos a situação difícil, pela qual passam os servidores públicos do Paraná. Estamos vendo e votaremos dentro em breve, esta mensagem do governo do Estado, que, vislumbra o quadro e a expectativa, quem sabe, de termos de fato, definido uma política salarial para os servidores públicos do Paraná. Somamo-nos e temos certeza de que pela coerência deste Parlamento nós haveríamos de votar e corrigir dentro em breve esta proposta de Mensagem do Governo do Estado e para que isto se consolide, para que de fato tenhamos a coerência com a proposta da mensagem, nós estivemos reunidos há poucos dias, e desta Tribuna dizia o companheiro Deputado Ovídio Constantino, com mais de trinta entidades nesta casa que pediam socorro a este Parlamento para que interferíssemos no problema salarial dos servidores. E a coerência que falo é de que com certeza nós

apoiaremos, nós aprovaremos o requerimento de iniciativa do Partido dos Trabalhadores, onde também assinamos juntos em nome do PSB, para que a gente crie nesta Casa uma comissão para tratar, exclusivamente, de uma política salarial decente em termos de servidores públicos do Paraná.

Eu creio que a coerência fará com este Plenário, ao aprovar esta mensagem, ao demonstrar uma preocupação primeira com a situação de vida difícil pela qual passa os servidores públicos, aprovará também esta iniciativa, que demonstrará a coerência do Poder Legislativo de preocupação com a vida dos servidores.

Eu fico bastante feliz e, ao mesmo tempo, preocupado, quando vi, há poucos dias, as declarações frequentes também nesta Casa, quando se transformavam as fundações em autarquias, nós ouvíamos declarações de Parlamentares dizendo que os servidores públicos das fundações estavam criando a indústria das ações trabalhistas. Dizíamos naquele momento que aquilo que o Governo não reconhecia, o Judiciário hoje reconhece, mas lamentavelmente, naquela oportunidade, não havia o interesse do Governo do Paraná em jogo. E hoje nós assistimos nesta Tribuna discurso contrário dizendo que, de fato, a lei tem que ser respeitada, a Constituição tem que ser respeitada e que o Jurídico é coerente quando defende ou quando a ele recorre o trabalhador prejudicado. Só que naquele momento os trabalhadores das fundações não ouviam esse mesmo discurso e não tinham esse mesmo direito, porque se dizia quando o trabalhador do serviço público do Paraná recorria ao Poder Judiciário se dizia desta Tribuna, que eles estavam criando a indústria das ações trabalhistas, o que nós combatíamos. Neste momento o discurso é contrário: vale as indústrias, vale o reconhecimento porque envolve o Poder Executivo, mas não vale o reconhecimento pelo Judiciário quando está em jogo o poder do servidor, quando está em jogo o poder dos servidores através dos seus sindicatos ou pessoalmente. Aí se faz o que aqui se fez: transformam-se as fundações em autarquias como uma forma de burlar os direitos desses trabalhadores que o Governo não reconhecia, que o Governo não queria fazer com que a transparência fosse a prova da realidade e transformou-se as fundações, sem uma discussão mais próximas, com seus trabalhadores e seus sindicatos, em autarquias na tentativa de empurrar com a barriga os direitos dos trabalhadores reconhecidos pelo Judiciário. Lamentavelmente, naquela oportunidade a Constituição não tinha valor, as leis não eram válidas a lei da data-base aprovado por este Plenário, aprovada por esta Assembléia. Lamentavelmente, a lei da da-

ta-base quando nós tentamos mostrar que essa era uma afronta contra os servidores públicos, quando se extinguiu por decreto a lei aprovada por esta Casa, nós não tivemos o mesmo discurso, não ouvimos essa mesma versão. Lamentavelmente, quando se envolve o direito do Governo a lei é válida, a Constituição deve vigorar, deve prevalecer.

Queremos nós, quer a sociedade paranaense, através desses posicionamentos, que esta Casa venha atuar de forma coerente, defendendo o direito do povo do Paraná, defendendo o direito do Governo do Paraná e, obviamente, condenando aqueles que burlam a lei e só atendem a lei quando os interesses são prejudicados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Dois requerimentos de informação que se encontram com o Senhor 1º Secretário, respondidos pelo Governo, Deputados Artur Ritti e Carlos Simões, recebem do 1º Secretário.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto e Lei de autoria do Senhor Deputado Heinz Herwig, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de lembrar a Mesa que o Projeto de Lei nº 266/91, teve aprovação de Regime de Urgência há duas semanas nesta Casa de Leis e pelo Artigo 183 do Regimento Interno, ele já devia estar em votação e no entanto a Mesa não o tem colocado.

Projeto de Lei nº 266/91, cobramos a inclusão dele na Ordem do Dia, porque já faz mais de duas semanas que foi aprovado o seu Regime de Urgência a pedido do Deputado Paulo Maia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se o

projeto estiver em condições, vai figurar amanhã na Ordem do Dia.

O SR. DOUTOR ROSINHA - De acordo com o artigo 183 do Regimento Interno, já se passaram as 48 horas das Comissões darem os pareceres.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 047/91. VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 034/91, de autoria do Deputado Durval Amaral e outros, que estabelece critérios para a efetuação do repasse de recursos do Tesouro Estadual aos municípios, conforme específica. Com RELATÓRIO DA C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 034/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os repasses de recursos financeiros provenientes do Tesouro Estadual às Prefeituras Municipais, mediante assinatura prévia de termo de cooperação, para o pagamento de salários e respectivos encargos sociais dos professores municipais que prestam serviços junto a Rede Estadual de Ensino, deverão ser efetuados, mensalmente, pelo órgão repassador até o último dia útil do mês em que ocorrer a despesa.

§ 1º - Os Municípios beneficiários dos recursos deverão apresentar relatório estipulando os gastos para cobertura do termo de cooperação, até o dia 20 (vinte) do mês em que ocorrer a despesa, sob pena de não receberem os recursos no prazo previsto no caput deste artigo.

§ 2º - A não transferência dos recursos de que tratam o caput deste artigo para a conta bancária designada pelo município no prazo estipulado acarretará a correção diária dos valores, de acordo com o índice de atualização fixada pelo Governo Federal.

Art. 2º - A prestação de contas, por parte da Prefeitura Municipal, deverá ser efetuada até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao recebimento perante o órgão repassador do recurso.

Parágrafo Único - A não prestação de contas, pelo município, junto ao órgão repassador dos recursos dentro do prazo fixado no "caput" deste artigo o impedirá de receber novos recursos enquanto não regularizar a situação.

Art. 3º - Aos municípios que concedem outros benefícios como cesta básica, vale-transporte, vale-refeição, a Secretaria de Estado da Educação repassará através do Termo de Cooperação recursos para que sejam estendidos aos seus conveniados.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 27.06.91.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Estadual, em seu Artigo 87, XVII, atribuiu ao Governador do Estado poderes para celebrar ou autorizar convênios ou acordos com instituições públicas ou particulares, no entanto, a matéria não se encontra regulamentada, o que vem trazendo sérias dificuldades aos municípios paranaenses, principalmente no que se refere aos termos de cooperação firmados com a Secretaria de Estado da Educação para a cessão de professores municipais que prestam serviços junto à rede estadual de ensino.

Óbvio é, que a regulamentação ideal do Artigo 87, XVII, da C.E., deveria estabelecer critérios que abrangessem todas as espécies de convênios e acordos firmados ou autorizados pelo Chefe do Executivo Estadual - que não é o caso deste Projeto de Lei.

Entretanto, é de se considerar a relevância e urgência do presente Projeto de Lei, que trará garantias aos municípios paranaenses, mormente ao garantir a correção em caso de atraso de repasse dos recursos.

Assim, este projeto, se convertido em Lei, sanará as dificuldades enfrentadas pelas administrações municipais, no que se refere aos citados termos de cooperação.

OF/DTL/SAT/nº 212/91

Curitiba, 24.07.91.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 117/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 34/91, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os "repasse de recursos financeiros provenientes do Tesouro Estadual às Prefeituras Municipais, mediante assinatura prévia de termo de Cooperação, para o pagamento de salários e respectivos encargos sociais dos professores municipais que prestam serviços junto a Rede Estadual de Ensino, deverão ser efetuados mensalmente, pelo órgão repas-

sador até o último dia útil do mês em que ocorrer a despesa", assim como visa adotar outras providências sobre o assunto.

Embora aparentemente justa e salutar aos municípios, apresenta-se a proposta elivada de inconstitucionalidade por abordar matéria financeira e orçamentária, no momento em que fixa prazo e sanções ao Estado, através da correção diária dos valores a serem transferidos às Prefeituras Municipais para os fins que especifica, se ditos repasses não se efetivarem até o último dia útil do mês.

Ora, fixar prazo para transferência de recursos públicos demanda em alteração do cronograma de desembolso financeiro do Tesouro, acarretando despesas ao Estado para cujo suprimento, não raras vezes, torna-se imprescindível a abertura de créditos suplementares. Conseqüentemente, para a fiel execução da medida em causa seria necessário, no caso de indisponibilidade de recursos orçamentários ao final de cada mês, ou suplementação, que exige lei autorizatória, demandando portanto em período de tempo mais elástico que, certamente, extrapolaria o pretendido prazo, ou a anulação de outras despesas para dar-lhe suporte. Neste caso, não apresenta fontes de cancelamento, o que também o inviabiliza por força das disposições principiológicas contidas no § 3º, do art. 134 da Constituição do Estado.

Vale ressaltar ainda, que as receitas são estimadas e fixar despesas sem uma flexibilidade que permita ajustes nos cronogramas financeiros de desembolso, numa economia instável como a que vivemos atualmente no Brasil, ainda com correção diária, caracteriza-se como medida altamente prejudicial ao Estado, por causar aumento de despesas públicas.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 34/91

P A R E C E R:

Examinando o veto apostado ao Projeto de Lei nº 34/91, de autoria do nobre Deputado Durval Amaral e outros, verificamos que o mesmo ocorreu em concordância absoluta com o art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 71, ambos os institutos da Carta Magna Estadual, estando portanto em condições de ser apreciado pelo plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 10 (dez) sessões da Proposição nº 047/91 - Retirado pelo autor.

A Mesa esclarece ao plenário que para aprovação da proposição 47/91 veto apostado ao Projeto de Lei 34/91 adotará o disposto pelo § 4º do Artigo 71 da Constituição do Estado, ou seja, votação será por escrutínio secreto. Ao ser chamado pelo 1º Secretário o Deputado deverá se dirigir a cabine dos trabalhos onde receberá sobrecarta rubricada pelo Senhor 1º Secretário. A seguir dirigir-se-á a cabine indevassável em cujo interior encontrará as cédulas de votação contendo as expressões sim e não.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis a manutenção do veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contêm a expressão sim; os contrários a manutenção do veto deverão se manifestar utilizando para votação as cédulas que contêm a expressão não.

O Senhor 1º Secretário procederá a chamada para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação secreta do veto).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 50 Senhores Deputados.

Designo os Senhores Deputados Geraldo Cartário, Ovídio Constantino, José Tavares e Plauto Miró Guimarães para comporem a Comissão escrutinadora.

Votaram cinquenta (50) Senhores Deputados.

Pela manutenção do veto, vinte (20) Senhores Deputados.

Pela rejeição do veto, vinte e nove (29) Senhores Deputados.

Em branco um (01).

Está REJEITADO o veto e APROVADO o Projeto.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 149/91, que altera a redação do art. 10 da Lei nº 8.933 de 26/01/89, conforme especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 41, de 23.04.91.).

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 361/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM nº 069/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 156.889.000,00, alterando os vigentes orçamentos próprios

da JCP e da FASPAR, aprovados pela Lei nº 9494 de 21/12/90, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 038/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, altera a redação do art. 1º da Resolução nº 065/90 (criação do município de Itaperuçu). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 89, de 05.08.91.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 038/91

P A R E C E R:

O Projeto de Resolução em exame, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, tem como objetivo a autorização para a realização de plebiscito na área que especifica, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Itaperuçu.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, estando a proposição em condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do Projeto de Resolução em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

1ª DISCUSSÃO - DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 041/91, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Palmas, para que a população decida sobre o desmembramento do Distrito de Iratim do município de Palmas e a sua incorporação ao município de Bituruna. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 041/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no município de Palmas, para que a população decida sobre o desmembramento do Distrito de Iratim do Município de Palmas e a sua incorporação no município de Bituruna:

"Saindo da Barra do Lageado Saltinho,

descendo aproximadamente 16.250 (dezesseis mil duzentos e cinquenta) metros pela margem esquerda do Rio Iguaçu até alcançar a Barra do Rio Iratim, subindo por este numa extensão de 32.400 (trinta e dois mil e quatrocentos) metros, até atingir a Barra do Lageado Escada, subindo por este numa extensão de 13.100 (treze mil e cem) metros até atingir a nascente do referido lageado, partindo daí por uma linha seca pelo divisor das águas, numa extensão de 7.500 (sete mil e quinhentos) metros, até atingir a nascente do Lageado Saltinho, descendo por este numa extensão de 7.600 (sete mil e seiscentos) metros, até atingir o Rio Iguaçu, ponto de partida."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06.08.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 041/91

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Valdir Rossoni, propõe o desmembramento do Distrito de Iratim do município de Palmas e a sua incorporação ao município de Bituruna.

Procedida à análise legal, constitucional e regimental do presente plano de lei, notamos a sua conformidade com os ditames da Lei Complementar a Constituição Estadual de número 56, que dita normas para criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO da matéria, na forma do projeto de resolução que apresentamos em anexo, nos termos do artigo 238, § 2º, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Srs. Deputados Nelson Garcia, José Tavares, Orlando Pessuti e Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Resolução nº 41/91. Aprovado.

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões o Projeto de Re-

solução nº 41/91.

1ª DISCUSSÃO - DO PROJETO DE LEI Nº 153/91, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch, altera a redação do artigo 1º da Lei nº 9.368 de 17 de setembro de 1990 (cria o município de Quatro Pontes). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., com EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no D.A. nº 43, de 25.04.91).

PROJETO DE LEI Nº 153/91

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DA CCJ

Emenda modificativa corretiva ao art. 1º do Projeto de Lei nº 153/91, de conformidade com o que faculta o art. 142 - III, do Regimento Interno:

Art. 1º - Altera a redação do art. 1º da Lei nº 9368, de 17 de setembro de 1990:

"Art. 1º - Fica criado o município de Quatro Pontes, "ad-referendum" do resultado de plebiscito, desmembrado do município de Marechal Cândido Rondon, com as seguintes divisas:

Tem como ponto inicial e final a foz da Sanga Crissiumal no Arroio Guaçu. Sobe pelo Arroio Guaçu, divisa intermunicipal com Nova Santa Rosa e Toledo, até a foz da Sanga Furda. Sobe por esta até a nascente (divisa intermunicipal com Toledo). Deste ponto por linha seca e reta rumo sudoeste até a nascente da Sanga Cristal. Descendo por esta até a sua foz no Lageado Azul. Descendo por este até o Lageado Três Voltas, subindo por este até a divisa dos lotes 9 e 8, seguindo por esta divisa, lote 08 (inclusive) e 09 (exclusive) até a divisa dos lotes 10 e 07, lote 07 (inclusive) e 10 (exclusive) por esta divisa até a nascente do Arroio Furdo, descendo por este até a foz da Sanga Encantada, subindo por esta até a sua nascente. Deste ponto pela divisa dos lotes 38, 72, 50, 49 e 36 (exclusive) e lotes 37, 69, 13, 21 e 35 (inclusive) até o Arroio Quatro Pontes. Descendo por este até a divisa dos lotes 154, 153 (exclusive) e 151 e 152 (inclusive) por esta divisa até a nascente da Sanga Crissiumal, descendo por esta até a sua foz no Arroio Guaçu, ponto inicial e final.

Sala das Comissões, em 13.08.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

Relator

Apoio: Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, José Tavares, Alceu Swarowski, Rossoni, Emília Belinati e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa corrigir o polígono definidor dos limites do município

de Quatro Pontes descrito na redação do art. 1º do Projeto-de-Lei nº 153/91, que pretendia acertar os dessentimentos existentes na Lei nº 9368, de 17 de setembro de 1990, atendendo solicitação do IBGE, conforme ofício DGE/DETRE nº 06/91, de 15 de março de 1991.

No entanto, posteriormente à apresentação do projeto em consideração, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística manteve contato com o autor do projeto, comunicando erro de redação no ofício retro mencionado, onde se lê: Substituir: "lotas 37, 72, 50 e 36... Por: "... lotes 37, 72, 50, 49 e 36..."; e solicitando a devida correção para: Substituir: "lotas 37, 72, 50 e 36..." Por: "lotas 38, 72, 50, 49 e 36 (exclusiva) e lotes 37, 69, 13, 21 e 35 (inclusiva) por esta divisa até a nascente da Sanga Crissiumal, desceendo por esta até a sua foz no Arroio Guaçu, ponto inicial e final.

Mantida a redação do artigo 1º do projeto de lei em estudo, registra-se uma incoerência cartográfica e setorial que gerará dificuldades no traçado do polígono definidor de área.

Em vista do exposto, visando solucionar o problema apresentado, esperamos à guisa do bem legislar, que a presente emenda seja aprovada pela Comissão.

1ª DISCUSSÃO - DO PROJETO DE LEI Nº 261/91, de autoria do Deputado DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO, declara de Utilidade Pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iporã". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 76 de 24.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 261/91

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Dirceu Manfrinato, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IPORÃ, com sede e foro na cidade de Iporã.

Encontra-se o projeto de lei em exame instruído com as peças exigidas pela legislação própria, ou seja, a Lei 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para a declaração de Utilidade Pública inexistindo assim, óbice de natureza legal à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 261/91, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 292/91, de autoria do Deputado Antônio Annibelli declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO E CULTURA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 89 de 05.08.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 292/91

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO E CULTURA, com sede e foro nesta Capital.

Examinando o processado, verificamos a farta documentação que o instrui, atendendo perfeitamente a todas as exigências da Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria em nosso Estado.

Constitucionalmente a iniciativa é pertinente e a forma está adequada ao Regimento Interno.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 22.08.91

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 299/91, de autoria do Deputado João Arruda, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE REALEZA, com sede e foro no município de Realeza. com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 89, de 05.08.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 299/91

PARECER:

De autoria do Senhor Deputado João Arruda, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE REALEZA, com sede e foro no município de Realeza.

Encontra-se o projeto de lei em exame instruído com as peças exigidas pela legislação própria, ou seja, a Lei nº 3.994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública, inexistindo, assim, óbice de natureza legal à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 299/91, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 314/91, de autoria do Deputado Renato Adur, declara de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA - ANCA, Regional 3 - Paraná, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 90 de 06.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 314/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Renato Adur chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que objetiva declarar de Utilidade Pública a "Associação Nacional de Cooperação Agrícola - ANCA", em Curitiba.

O Projeto está elaborado em conformidade com as disposições regimentais deste Poder Legislativo, estando devidamente justificado.

Da mesma forma atende as especificações contidas na Lei n° 6.994 que dispõe sobre os requisitos exigidos para a declaração de utilidade pública.

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de ordem regimental e legal, manifesto-me favoravelmente pela tramitação do presente.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 22.08.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 350/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 67/91, que reajusta as tabelas de salários dos servidores das autarquias, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado (Publ. no DA. n° 99 de 19.08.91 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 350/91

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental n° 67/91, o presente projeto de lei tem como objetivo reajustar os salários dos servidores de autarquias que específica e revoga a Lei n° 9608 de 27 de maio de 1991, suspendendo o pagamento do abono provisório por ela concedido.

Curitiba, terça, em 03.09.91

O projeto vem tramitando normalmente por esta Casa de Leis.

Tratando-se de iniciativa elencada pela Constituição Estadual, entre aquelas atribuídas privativamente ao Governador do Estado (artigo 66, inciso I), não há qualquer óbice de natureza constitucional ou legal, que se lhe possa antepor.

Nestas condições, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02.09.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 350/91

P A R E C E R:

A proposição em tela, oriunda da Mensagem Governamental n° 67/91, tem como objetivo reajustar as tabelas de salários dos servidores das autarquias, conforme específica.

Sobre a matéria, em sua parte legal e constitucional, já foi emitido parecer FAVORÁVEL, pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação da referida proposição neste Poder.

Sendo assim, somos de parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.09.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

A SR.^a EMÍLIA BELINATI (Para encaminhar) - (L2):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Governo do Estado enviou à Assembleia uma mensagem que iremos votar logo mais, propondo reajuste salarial para os servidores de algumas autarquias recém-criadas.

O argumento utilizado pelo Governo é que ele pretende fazer justiça, equiparando os salários destes servidores com os da administração direta.

Fui autora de um pedido de urgência para a tramitação da mensagem nesta Casa.

Ainda que isto não signifique que com ela concorde integralmente.

Tenho sérios reparos a fazer à forma como o Governo vem conduzindo sua política salarial.

Ele nos apresenta uma proposta que não contempla o universo das autarquias, e que já no mês que vem estará defasada, por mais altos que possam parecer os índices

de reajustes. A situação de arrocho salarial do funcionalismo é tão grande que as novas tabelas não resolvem. Nem satisfazem. Mesmo porque são feitas só para alguns setores.

Não se admite que a mensagem deixe de fora as Instituições de Ensino Superior do Estado ou a Fundação Caetano Munhoz da Rocha ou a FASPAR, por exemplo.

Especialmente as IES, (Instituições de Ensino Superior) pelo que já vem sendo debatido desde o começo deste ano, estão num franco processo de sucateamento. Colocadas nas condições de filhas enjeitadas e rejeitadas do governo, elas amargam dia a dia perda de funcionários, que vão buscar na iniciativa privada os salários que o Estado se recusa a dar. Insistindo nesta "PUNIÇÃO" injustificável, o Governo tem promovido perdas irremediáveis para as comunidades assistidas pelas Universidades, como no caso da de Londrina, onde o Hospital Universitário - que é o maior prestador de serviços na área de saúde do Paraná - foi obrigado a desativar 16 leitos por falta de pessoal qualificado para assisti-los. O Hospital Universitário perdeu 157 funcionários e corre o risco de ficar sem ninguém para colocar no lugar, porque ninguém quer trabalhar no HU, com o salário que o Governo tem oferecido. Não são dados aleatórios. Basta ler os jornais da Região, como a "Folha de Londrina" de hoje, para constatar que isto está ali registrado, para nossa preocupação e vergonha.

Ao se decidir por este reajuste setorizado e discriminatório, o Governo o faz com a justificativa de que prepara terreno para a implantação do regime jurídico único. Evidencia, assim, que será certo um nivelamento, por baixo, dos salários.

O Governo precisa rediscutir sua política salarial para todo o funcionalismo público. Se continuar como está, o Paraná descumprirá, mais uma vez, um princípio básico da Constituição Federal, que estabelece que nenhum trabalhador receberá menos de um salário mínimo como remuneração.

Como se vê, providências urgentes são necessárias, sob pena de sermos obrigados a continuar votando abonos de 13 mil cruzeiros, que não passam de esmola. Ou a termos que engolir medidas arbitrárias, como o decreto que acabou com a data-base fixada por lei para o funcionalismo que desde janeiro não conhece o que é reajuste, mas sabe da rapidez e violência com que a inflação corrói o seu salário.

Muito obrigada."

(Termina de Ler)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Rafael Greca de Macedo.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mensagem 350/91, de autoria do Poder Executivo vem marcada por flagrante vício de inconstitucionalidade.

No entanto, a deprimente situação do funcionalismo público estadual e o não cumprimento das leis de data base, pelo Governo do Estado, e mais ainda, as contínuas e repetidas ocasiões em que o Governo do Estado tem desrespeitado suas obrigações com o funcionalismo público do Estado obrigam as Bancadas, inclusive de Oposição, a votarem com urgência urgentíssima pela aprovação desta mensagem.

Trata-se de uma medida de consciente compactuação com a inconstitucionalidade, mas sobretudo de uma medida compassiva e humanitária com a situação de servidores públicos, que perdem cada dia o seu valor. E a cada momento o seu poder aquisitivo.

Tenho em minhas mãos um xerox do Jornal Fio da História, da Bancada Federal do PDT, que mostra uma excursão dos Deputados Federais do PDT e de outros Deputados progressistas, ao Supermercado Carrefour, para a compra dos itens básicos de comida, constantes do decreto lei 2162, de 1º de maio de 1940, de autoria do Presidente Getúlio Vargas. Essa compra sumária do básico para a subsistência de uma só pessoa, testemunhada pelas mais altas autoridades da República, chegou ao valor de cinquenta e nove mil e cinquenta e cinco cruzeiros no começo do mês de agosto. Foi esta compra que motivou o Congresso Nacional a implementar a medida de lei salarial, ontem sancionada pelo Presidente da República com alguns vetos parciais, o salário-mínimo de quarenta e um mil cruzeiros. De mais a mais, nós do PDT, podemos e devemos respaldar as reivindicações trabalhistas do funcionalismo público do Estado, porque tanto a Prefeitura de Curitiba, como a Prefeitura de Londrina, tem procurado dar a devida reposição salarial; bem como o Governo do Senhor Leonel Brizola, que veio de conceder um aumento de 151% para todos os níveis do funcionalismo do Estado.

Eu encontrei o Governador informalmente há dias atrás num restaurante de Curitiba, ele se queixou a mim dizendo que a arrecadação não tem se comportado bem a ponto dele estar gastando mais do que 65% da receita com a folha de pessoal. Alguma coisa deve estar errada, porque vários representantes dos diversos sindicatos de funcionários públicos vieram à audiência da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa e disseram que o Estado está gastando 47% com a folha de pagamento do seu pessoal. Em todo o caso nós torcemos para que a arrecadação do Estado aumente para que efetivamente o Governo se cubra de obras para que o Paraná melhore, porque o

Paraná que nós queremos. o Paraná da bandeira empunhada além dos anúncios de televisão, não pode ser um Paraná de injustiças trabalhistas, muito menos um Paraná de um funcionalismo público insatisfeito, vivendo de salários de fome.

Ao pedir às Bancadas de oposição que votem favoravelmente a Mensagem do Governador, mesmo alertando a sua inconstitucionalidade, eu exerço o dever humanitário da compaixão, dever esse que a muito tempo o Palácio Iguazu já deveria ter exercido com o nosso funcionalismo, e assim as coisas não teriam se atrasado tanto.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero fazer este encaminhamento em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores. A Mensagem oriunda do Palácio Iguazu diz em uma de suas frases que o plano de lei ora submetido a esta augusta Casa é oportuno e necessário. Em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores nós queremos dizer que mais do que isso é uma mensagem atrasada, visto que alguns dos órgãos que estão recebendo agora o 1º reajuste salarial nos últimos doze meses. Portanto, esta política de achatamento salarial não é simplesmente por parte do Governador atual, Roberto Requião, mas é uma política herdada do Governador antigo, Governador Álvaro Dias. Diz ainda outras frases dessa mensagem: que as defasagens existentes nessas autarquias impunham uma urgente revisão dos níveis de salários. Essa urgência, queremos dizer que está atrasada, ela é urgentíssima, haja vista que o Presidente da República acabou de sancionar uma lei aonde o salário-mínimo é de quarenta e dois mil cruzeiros; e pela tabela proposta pelo Senhor Governador, tanto essas antigas fundações transformadas em autarquias, como a administração direta, uma vez que ele coloca essas tabelas como isonômicas com a administração direta.

Apresenta salários abaixo do salário-mínimo, inclusive para ocupantes de cargos até de nível 3 ou 4 como é o caso dos funcionários do IAPAR, do ITCF, Fundação Teatro Guaíra, FAMEPAR, FUNDEPAR, Fundação Rádio e TV. Continua ainda, trabalhadores percebendo abaixo do que o salário-mínimo e esse salário, por sua vez, equivale a 1/4 do que ele deveria valer. Portanto é um dos arrochos salariais mais sérios dos funcionários públicos do Paraná.

E o Governador faz o discurso de que está dando reajuste quando está dando esmola e essa esmola se chama abono salarial. Diz ainda o Líder do Governo nesta Casa que existe negociação por parte do Senhor Governador e os representantes dos trabalhadores no serviço público do Estado do Paraná. As entidades que nos procuraram

negam essa negociação, diz que existe conversa com secretários e conversa com secretários, no nosso entender, não resolve. Até porque, na atual administração, quem manda é o Governador Roberto Requião e os demais simplesmente devem obedecer. Esta é a política do Palácio Iguazu.

Negociação só existirá se os representantes desses trabalhadores se sentarem com o Sr. Governador e partir para uma pauta de negociação séria e concreta com data marcada para conclusão. Ainda mais hoje, o Sr. Pedro Arlam, assessor de imprensa do Governador, divulga nota oficial dizendo que os reajustes não podem ser superiores do que ora se apresenta, uma vez que no mês de julho foi comprometido 54,46% da folha de pagamento e que no mês de agosto o comprometimento foi de 63,27 por cento, portanto no mês de agosto, 7,9 superior ao mês de julho. Isto, sem reajuste nenhum. Alega a nota que o repasse, que esse aumento se deu graças a repasse de dinheiro para as prefeituras municipais aumentar o salário dos servidores, contratado via prefeitura e que é remunerado pelo Estado. Diz ainda esta nota que os Deputados que apóiam o Governo estão discutindo a propositura de uma lei de aumento do ICMS para telefones e combustíveis de 17 para 25%, visando, com isso, cobrir a folha de pagamento de um reajuste que venha - no futuro - ao setor de magistério.

Queremos dizer, que uma nota oficial como esta sem termos acesso às contas não significa transparência, é simplesmente uma nota oficial e mais, a Constituição Brasileira ao limitar em 65% da folha de pagamento, o Orçamento, as despesas com funcionários, deixa muito claro - a Constituição, que isso pode em algum mês ser superior a 65%, desde que nos 4 anos ela acabe compensando.

Aqui, em nome do PT, nós queremos cobrar a transparência dessas contas para saber se é verdade e cobrar uma política salarial para os servidores públicos do Estado, e pedir, aos Senhores Deputados, o apoio ao requerimento da nossa Bancada visando a constituição de uma comissão para que possamos, junto com os servidores, até se for o caso discutir essa política salarial ou abrir o caminho para a negociação. E isso nós entendemos ser perfeitamente possível, uma vez que no primeiro semestre nós votamos um requerimento de apoio à greve dos trabalhadores do Banco do Brasil, proposta na época pelo Deputado José Tavares. Portanto nós achamos que antes que se tenha qualquer greve, antes que se vote qualquer requerimento de apoio à greve dos servidores públicos do Estado, esta Casa tem por obrigação, interferir e solicitar um caminho aberto para negociação.

E, por último, nós queremos dizer em

nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores que, inconstitucionalidade já levantada pelos Deputados que me antecederam e, ainda mais, a inconstitucionalidade deste reajuste ficar abaixo do salário-mínimo, não leva a bancada do PT votar contra. Votaremos favorável, mas pelos trabalhadores do serviço público do Estado que não aguentam mais o arrocho e estão praticamente submetidos a regime de fome. É para impedir que morram de fome que votaremos favorável. Mas ela é inconstitucional.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É lamentável que tenhamos que, na Assembléia Legislativa, ouvir manifestações como esta do Deputado Dr. Rosinha quando diz que o Governador Roberto Requião tem proposta única e tão somente esmolas ao servidor público do Estado do Paraná. Já tivemos a oportunidade, em mais de uma ocasião, de informar a esta Casa, - não era preciso mais assim o fizemos, de num curto espaço de tempo de menos de seis meses de Governo, o Governador Roberto Requião já remeteu a esta Casa, em torno de dez mensagens propondo ajustes salariais aos servidores públicos do Estado do Paraná, alguns deles, evidente, na forma de abono.

O que estamos votando hoje, aquilo que o Dr. Rosinha chama de esmola, em alguns casos incorporado ao abono anteriormente concedido, atinge cifras superiores a 140%. Esta a esmola que o Dr. Rosinha alega que o Governador está concedendo.

O aumento diferenciado para alguns setores do Governo, é bem verdade, que visa numa primeira oportunidade corrigir as injustiças maiores em torno de salários e que eram praticadas infelizmente no Estado do Paraná. Todos sabíamos que na estrutura governamental, num determinado momento, numa administração direta, numa autarquia, numa fundação, poderia haver disparidade de salários superior a 100% ou até mesmo 200%. É isto que o Governador tem procurado corrigir sabiamente para que, a partir de agora, possa ele conceder, na medida daquilo que for possível, os reajustes a todo o segmento do funcionalismo público estadual.

Mas o que mais nos preocupa neste momento é a manifestação de apoio do Deputado Rosinha ao pronunciamento feito pelo Deputado Rafael Greca, que em encaminhamento de votação diz ser esta mensagem inconstitucional, ou ter ela vícios de in-

constitucionalidade. Isto é muito estranho porque, de certa forma, o pronunciamento do Deputado Rafael Greca não é por nós entendido nesta oportunidade e, de certa forma, desautoriza a douta Comissão de Constituição e Justiça nesta Casa, presidida pelo Deputado Colombino Grassano e, muito mais, o relatório oferecido pelo Deputado Valdir Rossoni que passo a ler para o conhecimento daqueles que não tiveram oportunidade de ler este parecer.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 350/91
(Lê):

"Oriundo de Mensagem Governamental n. 67/91, o presente projeto de lei tem como objetivo reajustar os salários dos servidores de autarquias que especifica e revoga a Lei n. 9608 de 27 de maio de 1991, sustando o pagamento do abono provisório por ela concedido.

O projeto vem tramitando normalmente por esta Casa de Leis.

Tratando-se de iniciativa elencada pela Constituição Estadual, entre aquelas atribuídas privativamente ao Governador do Estado (artigo 66, inciso I), não há qualquer óbice de natureza constitucional ou legal, que se lhe possa antepor.

Nestas condições, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02.09.91."
(Termina de ler).

Formada pelo Presidente Colombino Grassano, pelo Relator Valdir Rossoni, pela Deputada Emília Belinati, pelo Deputado Lourenço Fregonese, pelo Deputado Nelson Garcia e pelo Deputado Rafael Greca de Macedo, que na sessão de ontem da Comissão de Constituição e Justiça entendeu que não havia nenhum óbice de natureza constitucional ou legal e que veio hoje ao plenário dizer e apoiado pelo Deputado Florisvaldo Fier dizer, que a matéria tem vícios, que a matéria é inconstitucional.

Senhor Presidente, realmente é lamentável que nós tenhamos que continuar ouvindo essas afirmações que denigrem a imagem do Poder Legislativo, que desautorizam a douta Comissão de Constituição e Justiça e de ouvir ainda o Deputado Florisvaldo Fier dizer que, o Governo só tem dado esmola, quando está concedendo, no dia de hoje, um aumento real a alguns setores de mais de 140%.

Por esta razão, Senhor Presidente, é que nós nos manifestamos pela aprovação da matéria, porque temos certeza que é constitucional, porque a Comissão de Constituição e Justiça assim analisou e foi votada por aquela Comissão, e nós queremos contar com o apoio unânime de toda a Assembléia Legislativa.

O SR. RAFAEL GRECA - Pela ordem, Senhor Presidente.

Eu quero esclarecer o seguinte: eu assinei de verdade o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, concordei com o Sr. Relator, vou votar a favor da Mensagem do Governador, mas, não sou ignorante da lei. A lei diz que é inconstitucional dar aumentos diferenciados para uma mesma categoria de servidores públicos. Vamos nos reportar, eu não sei decor a Constituição, feito um papagaio, mas vamos nos reportar à Constituição do Estado e vamos ver que há inconstitucionalidade no que se está votando. Em todo o caso, nos obriga com a emergência do momento, a desatualização salarial que em casos de algumas autarquias, como a Fundação Universidade de Londrina, chega até a 220%; acertos sofisticados a fazermos vistas grossas, mas não nos obriga a fingirmos que não vemos que aquilo está errado.

Na verdade, quando o rei vai nu é preciso que alguém diga à procissão dos cortesãos, que a sua roupa não foi bordada de estrelas, tecida com quilômetros de fibras de vídeos da Rede Globo de Televisão. É preciso que alguém diga, que o rei vai nu. Agora, o nosso rei, o nosso Governador está brincando de cavaleiro andante em todas as televisões do País, não dá para não dizer que a sua farda vai remendada, quando desrespeita, a sua armadura vai desremendada quando desrespeita os direitos trabalhistas elementares dos servidores públicos do Paraná.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Vossa Excelência poderia ter feito voto em separado na Comissão de Constituição para não ter que fazer um discurso diferente do vosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhores Deputados.

Eu quero registrar que o representante da Bancada do Partido dos Trabalhadores, na CCJ, Deputado Ovídio, votou favoravelmente ao parecer, com as restrições que constam do artigo 27, Inciso 10º, da Constituição do Estado, que diz claramente, que: "deve-se proceder à revisão geral e reposição da remuneração dos servidores públicos sem distinção de índices e de servidores públicos civis e militares. Far-se-á sempre na mesma data".

Senhor Presidente, Senhores Deputados. O Governador Roberto Requião, quando encaminhou a Mensagem transformando as Fundações em autarquias, deveria antes disso ter procedido à devida correção nas tabelas daquelas empresas e entidades públicas, para após isso, submetê-la ao regime geral do funcionalismo público. Essa é uma

questão fundamental que não pode ser esquecida. E nós também, temos que aqui dizer claramente, que esta tabela, hoje me lembra um dos quadros trágicos da sociedade brasileira. Me lembro que li certa vez, um relato, que dava conta que no interior do Nordeste, nos rincões mais afastados do Nordeste, quando a seca assolava aquelas populações, quando a fome ia se tornando insuportável para o povo pobre daquela região, eles utilizaram um método interessante para driblar a fome. Tinham sempre um pedaço de rapadura onde cada integrante da família dava uma mordida e aquela rapadura tinha, exatamente, o efeito de provocar um mal estar muito grande no fígado das pessoas e, com isso, desaparecia a fome. Então, me parece que essa tabela que o Governador Roberto Requião hoje encaminhou a esta Casa é a rapadura que o Nordeste já utiliza há muito tempo para enganar a fome, para driblar o efeito trágico da fome sobre os nossos servidores.

Mais do que isso, nós precisamos lembrar aqui que o Governador do Estado tem-se apegado ao índice constitucional que limita os encargos da folha de pagamento em relação às despesas correntes do Estado. Agora, há poucos dias aprovamos a lei de isenção das microempresas, onde um dos objetivos propostos pelo Governo era, exatamente, liberar a máquina de fiscalização do Estado para cobrar os grandes devedores de ICMS do Estado do Paraná, desenvolver uma ação de fiscalização mais rigorosa sobre os maiores arrecadadores de ICMS do Estado e permitir que nós pudéssemos, então, ter um reajuste salarial e aumentar a capacidade de investimento do Estado.

Eu tenho em mãos, por exemplo uma lista dos cinquenta maiores devedores do Estado do Paraná, cinquenta apenas, que supera a arrecadação mensal do Estado do Paraná em ICMS. E que providências estão sendo adotadas para cobrar esses débitos dos grandes caloteiros do Estado do Paraná? Onde está a máquina de arrecadação do nosso Estado, que está liberada de fiscalizar os micros para poder se posicionar sobre os grandes devedores. É preciso lembrar, por exemplo, aqui que a Prefeitura de São Paulo gasta 54% do seu orçamento limite da lei orgânica com pessoal, enquanto, o menor salário lá hoje ultrapasse setenta mil cruzeiros; um professor em início de carreira ganha perto de cento e cinquenta mil.

Então, nós precisamos de acabar com esse discurso de que sempre, o trabalhador é que tem que pagar a conta. Nós precisamos, definitivamente, começar a nos debruçar sobre uma política de justiça fiscal, uma implantação enérgica de uma fiscalização, uma arrecadação no Estado do Paraná. A própria Secretaria de Finanças estima em

cerca de 40% a sonegação no Estado do Paraná. Ai está o dinheiro que nós precisamos para proceder esta revisão. E o que é mais importante, nós temos uma lei estadual, que o Senhor Governador do Estado pretende revogar por decreto, que estabelece que temos que discutir a reposição salarial geral do funcionalismo público. Pelo menos que este Governo acenasse concretamente com uma proposta, nem que tenha que ser parcelada de acordo com a capacidade do Estado. Agora, nada disso nos foi apresentado.

Então, restou à oposição neste momento, com muita dor, com muita tristeza, constrangida a aceitar que pelo menos os servidores de alguns setores do Estado do Paraná possam comer um pedaço de rapadura, que é exatamente o que nós estamos votando aqui agora.

Era isso, Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - ...o projeto está aprovado.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Eu queria como Presidente da CPI da Saúde, convocar os membros dessa Comissão para uma reunião amanhã às 9:00 horas para dar continuidade a tomada de depoimentos das pessoas que foram convocadas a comparecer nesta CPI. Hoje nós tomamos depoimento do Sr. Antonio Teixeira e do Sr. Celso Ademir e amanhã continuaremos com tomada de depoimentos, portanto como Presidente nós convocamos todos os membros dessa CPI a comparecer amanhã às 9:00 horas na sala das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 2176, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Eu queria aproveitar a oportunidade que o Dr. Rosinha fala de saúde e só comunicar a esta Casa a nossa preocupação e um pedido ao Líder do Governo. Nós ouvimos hoje um fato lamentável em que pelo Jornal Correio de Notícias e pudemos checar isso via telefone com o 8º Distrito Regional de Saúde do Município de Francisco Beltrão de que 11 casos de meningite estão ocorrendo na região Sudoeste do Estado. Sete casos apenas no Município de Francisco Beltrão com três óbitos nesta semana. Esses dados foram levantados através do jornal e do próprio Distrito e nós gostaríamos de levar essa preocupação ao nobre Líder do Governo Deputado Orlando Pessuti que via Secretário de Saúde se tome as devidas providências, porque temos também notícias de que

um colégio de grandes proporções de grande número de alunos, centenas de alunos está paralisado naquela cidade em função do surto de meningite, que inclusive uma filha do ex-Prefeito de Santa Isabel D'Oeste Afonso Levinski veio a ser um dos óbitos ocorridos.

Portanto está sendo alarmante a preocupação da população do Sudoeste do Estado em relação a esta epidemia, podemos dizer assim, 11 casos em poucos dias e que o nobre Líder levasse a nossa preocupação ao Secretário da Saúde para que medidas urgentes sejam tomadas em função deste grave acontecimento no Sudoeste do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de nº 2179, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2186, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2174, 2175, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2177, 2178, 2180, 2181, 2182, 2183 de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2173, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2189, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2191, de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2192, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, com apoio do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2193, 2194, 2195 de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2208, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 2209, de autoria do Sr. Deputado Nilton César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2210, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n. 2196, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos de ns. 2203, 2197, 2198, 2199 e 2200, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2201, de autoria do Senhor Deputado Albino Corazza, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2190, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha, Ovídio Constantino e Paulo Maia, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, nós estamos recomendando a nossa Bancada a não aprovação desse requerimento como também vamos aproveitar já do ensejo para recomendar a não aprovação ao Pedido de Informação que é endereçado ao Secretário da Ciência e Tecnologia, por entendermos não necessários tais requerimentos, tendo em vista que o Governo do Estado vem mensalmente remetendo a esta Casa, como já afirmamos, mensagens propondo ajustes salariais aos funcionários públicos e a imprensa escrita, falada e televisada do Paraná tem anunciado também que Sua Excelência o Governador tem recebido, através das Secretarias competentes, as entidades representativas dos funcionários públicos, com as quais tem discutido Sua Excelência a questão do reajuste salarial que pensa o Governo do Estado apresentar através de mensagem a esta Casa. Por esta razão não vemos por que

darmos aprovação a esse requerimento e também ao outro que pede informação ao Secretário da Ciência e Tecnologia. No entanto iremos aprovar após colocado em votação por Vossa Excelência dois pedidos de informação dirigidos ao Secretário de Segurança Pública que foram por nós propostos a rejeição na semana passada por não estarem devidamente redigidos. Hoje os mesmos se encontram dentro daquilo que estabelece o Regimento Interno da Casa e a Constituição Estadual, e por esta razão entendendo o mérito dos dois requerimentos, nós estamos recomendando que os dois Pedidos de Informações sejam aprovados. Quanto ao Pedido de Informação de Comissão Especial e de Pedido de Informação ao Secretário da Ciência e Tecnologia nós votaremos contrários.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão. Rejeitado.

Requerimentos de ns. 2205, 2206 e 2204, de autoria do Senhor Deputado Dr. Rosinha, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

O SR. DR. ROSINHA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na semana passada eu apresentei o mesmo requerimento e ele não foi aceito com a justificativa de que ele não estava devidamente redigido. Este é um daqueles da semana passada.

Nesta semana o reapresento com o mesmo teor, e argumentação para não aceitá-lo por parte do Líder do Governo não me convenceu. E como não me convenceu eu quero encaminhar da seguinte maneira: o pedido que eu faço é única e exclusivamente para desenvolver o meu papel de Parlamentar nesta Casa de Leis. Todo Parlamentar desta Assembleia Legislativa tem por dever atuar no âmbito público e saber o que está acontecendo.

O que nós pedimos única e exclusivamente neste requerimento são coisas elementares do tipo quantos funcionários têm, quais foram os reajustes concedidos, quais são os serviços que a CELEPAR contrata e quais são os serviços que a CELEPAR presta.

Isso é única e exclusivamente para que a gente possa desenvolver o papel de Parlamentar para saber se a CELEPAR está dentro do que diz seus estatutos, dentro do que diz as legislações específicas, ou se a CELEPAR está trabalhando fora.

Eu não estou fazendo nenhum tipo de denúncia e nem procurando descobrir o "ovo de Colombo", mas única e exclusivamente me municiar dos trabalhos e dos serviços do quadro de pessoal da CELEPAR. Se tal re-

querimento não for aprovado, aqui, de público, eu cobro do Líder do PMDB que me traga todos esses dados, uma vez que diz ele que não é necessário este tipo de requerimento ser aprovado. Se não é necessário, por que o Líder do PMDB tem medo de que se aprove? Por que há um medo de que se saiba do que aconteça na CELEPAR, mesmo que esteja tudo normal? Provavelmente, deve ter algo ocorrendo na CELEPAR que não está normal, pois o Líder do PMDB não quer vê-lo aprovado, porque se estivesse tudo legalmente funcionando corretamente e administrativamente, não teria razão porque não aprovar. A única razão é porque provavelmente há irregularidades. É esse o medo do Líder do PMDB; e eu o desafio: se não for aprovado, que ele solicite uma cópia e eu entregarei a ele uma cópia e ele me traga tudo que lá está acontecendo, respondendo essas perguntas porque não é nada de mais do que cumprir o meu papel de Deputado Estadual.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) - Senhor Presidente, só lembrando à Liderança do Governo e a Bancada de sustentação que o art. 234 da Constituição do Estado do Paraná estabelece que o Estado publicará anualmente no mês de março a relação completa dos servidores lotados por órgão e entidade da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional em cada um dos seus poderes, indicando o cargo, função e o local de seu exercício para fins recenseamento e controle.

Portanto, Senhor Presidente, o requerimento inclusive visa suprir uma das omissões constitucionais que o Estado do Paraná tem realizado. Quer dizer, então eu fico até constrangido em ter que fazer um apelo desta natureza a um Governo que se diz transparente. Esses dias, numa televisão, o Governador Roberto Requião, num programa onde ele estava cara-a-cara com a sua entrevistadora, dirigia duros ataques ao Quêrcia, dizendo que ele tinha a obrigação de se defender das denúncias, que todo homem público deve ter a maior transparência, que todas as ações de seu governo devem ser mostradas de forma muito clara para a população.

Então é lamentável que a Bancada Governista se oponha a esse requerimento. Eu chego a imaginar o seguinte: ou a Bancada está votando contra a orientação do Governador ou o Governador do Estado do Paraná está mentindo para o Brasil inteiro.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Outro discurso contraditório de Vossa Excelência que diz que o Governador que não cumpriu, agora diz que o Governador está querendo. Vossa Excelência está contradizendo o próprio discurso.

O SR. ERNANI PUDELL - A questão é muito clara, é uma questão de transparência, inclusive assegurada pela Constituição do Estado do Paraná e nós estamos aqui cobrando a coerência da Bancada do Governo, que por sua vez representa a posição do Governador Roberto Requião, para que nos ajude, no sentido de dar maior transparência a todas as ações administrativas no Paraná, inclusive o mínimo que se exige é o conhecimento sobre o seu quadro funcional. Eu não entendo, sinceramente, o porquê da resistência a esse requerimento, a menos que seja exatamente aquilo que o Deputado Florisvaldo Fier mencionou. Deve estar havendo alguma coisa além dos computadores lá na CELEPAR.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão.

REJEITADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 038/91 e dos Projetos de Lei nºs 153/91, 261/91, 292/91, 299/91, 314/91 e 350/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/91.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 03 DE SETEMBRO DE 1991.

As conclusões do Fórum de Discussão do Artigo 205 da Constituição Estadual do Paraná, realizado na FIEP

FÓRUM DE DISCUSSÃO DO ARTIGO 205 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

LOCAL: Federação das Indústrias do Estado do Paraná

DATA: 22/08/91

A Sociedade neste Fórum representada pelas seguintes entidades:

APEBI - Associação Paranaense das Empresas de Biotecnologia

FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná

FETIEP - Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado do Paraná

- FETAEP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
 SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
 FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná
 CLI - Conselho da Livre Iniciativa
 UFPR - Universidade Federal do Paraná
 PUC/PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná
 UEM - Universidade Estadual de Maringá
 UEL - Universidade Estadual de Londrina
 UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa
 UNIOESTE - Universidade Estadual de Cascavel
 FÓRUM DOS REITORES
 IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná
 ASSIBRAL - Associação das Indústrias Brasileiras de Produtos para Laboratórios
 SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
 CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
 IEL - Instituto Euvaldo Lodi
 CITPAR - Centro de Integração de Tecnologia do Paraná
 CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ

CONSIDERANDO que o desenvolvimento econômico e social do Paraná, face à política de abertura e competição da economia nacional, está dependendo do incremento do processo de desenvolvimento científico e tecnológico do Estado em suas instituições de ensino e de pesquisa e em seus setores produtivos primário, industrial e de serviços, se define pela priorização do desenvolvimento científico e tecnológico através de:

a) uma reformulação profunda do siste-

ma de ensino nos seus três níveis, que não estão acompanhando e respondendo às necessidades do desafio de uma economia moderna;

b) o estabelecimento de uma política de médio e longo prazo que oriente as instituições e empresas envolvidas no processo;

c) destinação de recursos financeiros específicos e expressivos para a pesquisa pura e aplicada;

d) integração e participação das instituições civis representativas e da administração pública na elaboração e aplicação da política de C & T para garantir abrangência, continuidade e benefício social.

Assim sendo, RECOMENDA como primeira etapa do processo de desenvolvimento científico, tecnológico, industrial e econômico do Paraná:

1. destinação do percentual de 2% da receita tributária para os projetos e programas de C & T;

2. criação de órgão específico e autônomo para o estabelecimento da política e aplicação dos recursos;

3. participação expressiva da sociedade civil através da representação paritária estabelecida no texto constitucional, ou seja, 20% do Poder Executivo, 20% da Comunidade Tecnológica, 20% da Comunidade Científica, 20% da Comunidade Empresarial e 20% da Comunidade de Empregados;

4. de maneira a viabilizar estas recomendações, reivindicam a regulamentação imediata do art. 205 da Constituição do Estado do Paraná, através da aprovação, pela Assembleia Legislativa e sanção do Senhor Governador, do Projeto de Lei nº 312/91, de autoria da Deputada Emília Belinati e do Deputado Algaci Túlio.